



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 004

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 004**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Mensagens	03
Ofícios	05
Indicações	09
Requerimentos	10
Projetos de Lei	20
Pequeno Expediente:	
Dep. Ângelo Vanhoni	31
Dep. André Vargas	33
Dep. Tadeu Veneri	34
Dep. Barbosa Neto	35
Dep. José Domingos Scarpellini	35
Dep. Ratinho Júnior	36
Grande Expediente:	
Dep. Neivo Beraldin	38
Horário das Lideranças:	
Liderança do PPS	
Dep. Ratinho Júnior	37
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	41
Liderança do PFL	
Dep. Plauto Miró Guimarães	42
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	42
Discussão / Votação:	
2ª Discussão	43
Requerimentos	44
Encerramento da Sessão	44
Publicações:	
Comissão Executiva	
Atos	45
Diretoria Geral	
Portarias	45
Anexo:	
Relatório Complementar da	
CPI Porto de Paranaguá	45

002ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE FEVEREIRO DE 2006**

*(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (45). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Elton Carlos Welter, Luiz Fernandes da Silva Litro e Miltinho Pupio (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme artigo 88, parágrafo 1º do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagens**

MENSAGEM Nº 070/2005

Curitiba, 07 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que fica “isenta do Imposto sobre a transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos - ITCMD - a renúncia ao usufruto vitalício gravada sobre o imóvel identificado como Lote 270 da Gleba Cafezal, localizado no município de Londrina, cadastrado no Incra sob nº 714.178.038.717-1, condicionada à efetivação dos termos contidos no Protocolo de Intenções firmado entre seus proprietários, o Estado do Paraná e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema.”

No texto do anteprojeto de lei em referência figura dispositivo expresso no sentido de que, caso não seja efetivada a doação do bem desonerado do referido imposto, ou que seja revertida por qualquer motivo, o tributo dispensado deverá ser recolhido integralmente, com os respectivos acréscimos legais incidentes.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica isenta do Imposto sobre a transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos - ITCMD - a renúncia ao usufruto vitalício gravado sobre o imóvel identificado como Lote 270 da Gleba Cafezal, localizado no município de Londrina, cadastrado no Incra sob nº 714.178.038.717-1, condicionada à efetivação dos termos contidos no Protocolo de Intenções firmado entre seus proprietários, o Estado do Paraná e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema.

§ 1º Casa não seja efetivada a doação do bem desonerado do imposto nos termos desta lei, ou que seja revertida por qualquer motivo, o tributo dispensado deverá ser recolhido integralmente, com os respectivos acréscimos legais incidentes.

§ 2º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou a compensação de importância já recolhidas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 071/2005

Curitiba, 14 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a permuta do imóvel situado no município de Jaguapitã, na Avenida São Paulo com a Rua Amazonas, com área total de 6.390,18m, onde está localizada a Escola Municipal Professor Newton Guimarães, pelo imóvel municipal situado na Avenida Manoel Ribas esquina com a Rua Curitiba, com área total de 8.125,00m, onde está localizada a Escola Estadual Dr. Waldemiro Pedroso, matriculados sob nº 6.499 e 6513, respectivamente, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses da Administração e da Sociedade, tendo em vista que o imóvel que o Estado receber por meio da objetivada permuta, sedia a Escola Estadual “Dr. Waldemiro Pedroso” e aquele que integrará o patrimônio do município sedia a Escola Municipal Newton Guimarães.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a permuta do imóvel sob matrícula nº 6.499, do Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã, situado na avenida São Paulo esquina com rua Amazonas, onde está localizada a Escola Municipal Professor Newton Guimarães, com área total de 6.390,18m, pelo imóvel municipal situado na avenida Manoel Ribas esquina com a rua Curitiba, com área total de 8.125,00m, onde está localizada a Escola Estadual Dr. Waldemiro Pedroso, sob matrícula nº 6.513, do Registro de Imóveis da Comarca da Jaguapitã, ambos situados no município de Jaguapitã.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º desta lei, serão utilizados, tanto pelo município de Jaguapitã como pelo Estado, exclusivamente para o desenvolvimento do ensino, não permitida finalidade diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 072/2005

Curitiba, 14 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder

Executiva a efetuar a cessão de uso, ao município de Nova Londrina, da parte ideal do imóvel constituído pelos lotes urbanos nºs 07 e 08, da quadra nº 17-A, da Planta Geral do Município, correspondendo a 91,20m, da área total de 1.200,00 m, conforme matrícula sob nº 0516, livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses da Administração e da Sociedade, tendo em vista que o imóvel a ser cedido encontra-se vazio e desocupado, porque a construção que era para ele prevista, foi feita em outro lote da sede do município de Nova Londrina.

Por outro lado, vale ressaltar que no texto do anteprojeto de lei em referência figuram disposições expresas quanto ao prazo de cessão, condições para prorrogação e de exclusiva utilização, qual seja, para ocupação por órgãos da municipalidade e, ainda, de retomada pelo Estado, caso haja descumprimento de finalidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao município de Nova Londrina do imóvel constituído pela parte ideal dos lotes urbanos nº 07 e 08, da quadra nº 17-A, naquela cidade, correspondendo a 91,20m, ou 7,6%, da área total, conforme a transcrição nº 0516, do Livro 3, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado pelo município de Nova Londrina exclusivamente para o funcionamento do serviço público municipal, não podendo ter finalidade diversa, sob pena de esta cessão tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e benfeitorias ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimentos.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 001/2006

Curitiba, 25 de janeiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel situado no município de Irati, com área de 9.800m, localizado na rua das Ameixeiras, s/nº, matriculado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Irati, sob nº 10.820, doado ao Estado do Paraná.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses da Administração e da Sociedade, tendo em vista que o imóvel fora doado ao Estado do Paraná com a finalidade de construção de um Posto do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar naquele município, o que não foi levado a termo, ocorrendo sua desativação em abril último.

A titular da Secretaria de Estado da Administração e de Previdência, no expediente a mim encaminhado, esclareceu que aquele Executivo Municipal pretende a utilização do imóvel para implantação de triagem de resíduos sólidos urbanos.

Por outro lado, vale ressaltar que no texto do anteprojeto de lei em referência figuram disposições expresas quanto a exclusiva utilização por órgãos da municipalidade e, ainda, de retomada pelo Estado caso haja descumprimento de finalidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a reversão, ao município de Irati, do imóvel constituído por terreno com área de 9.800,00m, na localidade denominada Vila São João, contendo edificação com cerca de 313,00m, na qual funcionou o Posto do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, sob matrícula nº 10.820, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Irati.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado pelo município de Irati exclusivamente para atividades da administração pública municipal, não podendo ter finalidade diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e benfeitorias ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimentos. ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 002/2006

Curitiba, 08 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva doar à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, o imóvel de propriedade do Estado, denominado Chácara 21 - A, situado no município de Itapejara d'Oeste, com área de 10.000,00 (dez mil metros quadrados), objeto da Matrícula nº 7.093, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco-PR.

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses públicos, tendo em vista que dotará a Cohapar de espaço físico necessário à construção de unidades habitacionais, para atender necessidade premente de moradia naquele município.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, o imóvel constituído por área de 10.000,00m2 (dez mil metros quadrados) denominada Chácara nº 21-A, no município de Itapejara d'Oeste, de propriedade do Estado do Paraná, objeto da matrícula nº 7.093 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

Art. 2º A área em questão deverá ser utilizada, exclusivamente, para a implantação de moradias alternativas ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando tal imóvel gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 003/2006

Curitiba, 08 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel situado no município de Curitiba, localizado na rua Vereador Nicolau Lange, bairro Tarumã, com área de 4.960,00m2, constituído de edificação com 405,00m2, área essa integrada em uma maior, matriculado na 2ª Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, sob nº 12.326. Livro 3-F.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses da Administração e da Sociedade, tendo em vista que no imóvel se desenvolve o programa "Piá Olímpico Yvone Pimentel", que atende, em regime de contra

turno, crianças e adolescentes do município de Curitiba desde o ano de 1997.

A titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, no expediente a mim encaminhado, esclareceu que aquele Executivo Municipal pretende a utilização do imóvel para manutenção do Programa do "Piá Olímpico Yvone Pimentel".

Por outro lado, vale ressaltar que no texto do anteprojeto de lei em referência figuram disposições expresas quanto a exclusiva utilização pelo programa referido e, ainda, de retomada pelo Estado caso haja descumprimento de finalidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao município de Curitiba, do imóvel constituído de edificação com 405,00m2, em terreno com 4.960,00m2, localizado na rua Vereador Nicolau Lange, no bairro Tarumã, nesta Capital, área essa integrada em maior número, conforme Transcrição das Transmissões sob nº 12.326, Livro 3-F, da 2ª Circunscrição das Transmissões sob nº 12.320, Livro 3-F, da 2ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado pelo município de Curitiba, exclusivamente para o funcionamento do Piá Olímpico Yvone Pimentel, ficando a presente cessão revogada, a qualquer momento, em caso de comprovar-se utilização diversa, revertendo o imóvel e benfeitoria ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimento.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 242/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei Complementar nº 419/2005, de autoria do Tribunal de Contas, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 276/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 703/2005, do Poder Executivo, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 236/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 391/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, porque, segundo parecer da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, não tem condições de exequibilidade, razão pela qual é considerado contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 237/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 248/2005, de autoria do Deputado André Vargas, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 243/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 457/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 244/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 437/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 247/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 442/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 265/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 096/2005, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 266/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 404/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, tendo em vista informações da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, de que a pretendida dispensa de pagamento de taxa de inscrição em concursos não atende ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 267/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 423/2005, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 268/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 303/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 275/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 528/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 281/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 687/2005, de autoria do Ministério Público, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 282/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 653/2005, de autoria do Tribunal de Justiça, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 283/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 654/2005, de autoria do Tribunal de Justiça, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 001/2006, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 378/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 002/2006, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 736/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 003/2006, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 594/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 004/2006, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 672/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 005/2006, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 443/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 006/2006, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE, o Projeto de Lei nº 778/2005, de autoria do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 015/2006, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 525/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 016/2006, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 591/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 017/2006, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 590/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 018/2006, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 660/2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 019/2006, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 459/2005, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 025/2006, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 486/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 026/2006, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 564/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC 238, 239, 240, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 269, 270, 271, 272, 273, 277, 278, 279, 280, 284 e 285/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

612/2005: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, autoriza o Poder Executivo a criar o Programa SOS - Racismo no Paraná, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.938. **Anote-se - Arquivo-se.**

223/2005: De autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni, Cida Borghetti e Elza Correia que, institui o Programa Estadual de Saúde Vocal Preventiva para Professores da Rede Pública Estadual de Educação, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.939. **Anote-se - Arquivo-se.**

569/2005: De autoria do Deputado Alexandre Curi que, institui “Selo de Qualidade Paraná”, para produtos exportados via portos de Paranaguá e Antonina, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.940. **Anote-se - Arquivo-se.**

450/2005: De autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo doar o imóvel que especifica ao município de Goioerê, o qual foi convertido em Lei nº 14.954. **Anote-se - Arquivo-se.**

451/2005: De autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo doar o imóvel que especifica ao município de Goioerê, o qual foi convertido em Lei nº 14.955. **Anote-se - Arquivo-se.**

260/2005: De autoria do Deputado José Domingos Scarpellini que, altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 13.400/01 e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.956. **Anote-se - Arquivo-se.**

745/2005: De autoria do Poder Executivo que, altera conforme especifica, dispositivos da lei Orgânica do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (Lei nº 14.260/2003) o qual foi convertido em Lei nº 14.957. **Anote-se - Arquivo-se.**

782/2005: De autoria do Poder Executivo que, prorroga até 31/01/2006, com dispensa de multa e juros, pagamentos de créditos tributários referentes ao IPVA, lançados até 2004, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.958. **Anote-se - Arquivo-se.**

704/2005: De autoria do Poder Executivo que, concede isenção do ICMS sobre a parcela da subvenção de tarifa de energia elétrica estabelecida pelas Leis Federais nº 10.438/2002 e 10.604/02, o qual foi convertido em Lei nº 14.959. **Anote-se - Arquivo-se.**

700/2005: De autoria do Poder Executivo que, fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.314 polici-

ais-militares e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.960. **Anote-se - Arquivo-se.**

701/2005: De autoria do Poder Executivo que, dispõe sobre a majoração dos policiais militares para as patentes que especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.961. **Anote-se - Arquivo-se.**

699/2005: De autoria do Deputado Ratinho Júnior que, dispõe sobre os valores do vencimento-base a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 96/2002 e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei Complementar nº 114. **Anote-se - Arquivo-se.**

493/2005: De autoria do Poder Executivo que, cria, no Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, os cargos de provimento em comissão que especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.963. **Anote-se - Arquivo-se.**

705/2005: De autoria do Poder Executivo que, autoriza a Secretaria de Estado da Educação a participar do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed, o qual foi convertido em Lei nº 14.962. **Anote-se - Arquivo-se.**

766/2005: De autoria do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar reversão do imóvel que especifica ao município de Santo Antônio do Paraíso, o qual foi convertido em Lei nº 14.964. **Anote-se - Arquivo-se.**

765/2005: De autoria do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a proceder permuta de imóveis com o município de Realeza, conforme descritos, o qual foi convertido em Lei nº 14.965. **Anote-se - Arquivo-se.**

675/2005: De autoria do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo, por intermédio da Unioeste, proceder permuta de imóveis com o município de Marechal Cândido Rondon, conforme descritos, o qual foi convertido em Lei nº 14.966. **Anote-se - Arquivo-se.**

631/2005: De autoria do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo ceder o imóvel que especifica ao município de Lobato, o qual foi convertido em Lei nº 14.967. **Anote-se - Arquivo-se.**

630/2005: De autoria do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo doar o imóvel que especifica ao município de São Mateus do Sul, o qual foi convertido em Lei nº 14.968. **Anote-se - Arquivo-se.**

494/2005: De autoria do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo doar à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, os lotes de terras que especifica, situados no bairro Atuba, nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 14.969. **Anote-se - Arquivo-se.**

026/2005: De autoria da Deputada Luciana Rafagnin que, proíbe utilização de catracas eletrônicas e outros mecanismos nos veículos de transporte coletivo, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.970. **Anote-se - Arquivo-se.**

624/2005: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a denominar Vereador Admar Bertolli, o trecho entre a BR-277 e BR-116,

conhecido como Rodovia Contorno Norte de Curitiba, o qual foi convertido em Lei nº 14.971. **Anote-se - Arquivo-se.**

593/2005: De autoria do Deputado Alexandre Curi que, dá nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 13.867, de 08 de novembro de 2002, que dispõe sobre reversão de imóveis ao município de Icaraíma, o qual foi convertido em Lei nº 14.972. **Anote-se - Arquivo-se.**

629/2005: De autoria do Deputado Elio Rusch que, concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Dilvo Grolli, o qual foi convertido em Lei nº 14.973. **Anote-se - Arquivo-se.**

647/2005: De autoria do Deputado Ademar Traiano que, denomina Olívio Zanella, o trecho de estrada PR-180/473, ligando Francisco Beltrão - Dois Vizinhos - Cruzeiro do Iguaçu, o qual foi convertido em Lei nº 14.974. **Anote-se - Arquivo-se.**

668/2005: De autoria do Poder Executivo que, cria o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - Fecon, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.975. **Anote-se - Arquivo-se.**

772/2005: De autoria do Poder Executivo que, dispõe sobre os créditos relativos ao ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, lançados até 30/11/2005, poderão ser pagos em até 48 parcelas e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.976. **Anote-se - Arquivo-se.**

665/2005: De autoria do Poder Executivo que, altera dispositivo da Lei nº 11.580/96 (Lei de ICMS), para fixar percentuais de multas ao sujeito passivo que deixar de pagar imposto na forma e prazos conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.979. **Anote-se - Arquivo-se.**

598/2005: De autoria do Poder Executivo que, institui o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o qual foi convertido em Lei nº 14.980. **Anote-se - Arquivo-se.**

731/2005: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, acresce parágrafos 5º, 6º e 7º ao artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, adotando providências para pagamento do ICMS sobre veículos novos transferidos para outro Estado, o qual convertido em Lei nº 14.981. **Anote-se - Arquivo-se.**

664/2005: De autoria do Deputado Dobrandino da Silva que, autoriza o Poder Executivo proceder reversão da doação do imóvel que especifica ao município de Foz do Iguaçu, o qual foi convertido em Lei nº 14.982. **Anote-se - Arquivo-se.**

398/2005: De autoria da Deputada Cida Borghetti que, estabelece sanções administrativas a quem adquirir, transportar, estocar, distribuir ou revender produtos combustíveis em desconformidade com normas do órgão regulador, o qual convertido em Lei nº 14.983. **Anote-se - Arquivo-se.**

411/2005: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, dispõe que a localização, construção e modifica-

ções de revendedoras, conforme especifica, dependerão de prévia anuência municipal, e adota outras providências, o qual convertido em Lei nº 14.984. **Anote-se - Archive-se.**

Sob os nºs CTL/CC 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 020, 021 e 022/2006, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

282/2005: De autoria do Deputado Carlos Simões que, dispõe que os jornais editados no estado deverão publicar advertência de que exploração sexual de crianças e adolescentes é crime, o qual convertido em Lei nº 14.986. **Anote-se - Archive-se.**

047/2003: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, revoga a Lei nº 13.571/2002, que alterou a redação do artigo 1º da Lei nº 12.204/98, que dispõe sobre substituição da frota oficial de veículos, o qual foi convertido em Lei nº 14.987. **Anote-se - Archive-se.**

711/2005: De autoria do Deputado Durval Amaral que, autoriza o Poder executivo a denominar Demétrio da Silva Braga o viaduto saída para Maringá, município de Marialva, o qual convertido em Lei nº 14.988. **Anote-se - Archive-se.**

710/2005: De autoria do Deputado Durval Amaral que, autoriza o Poder executivo a denominar Paulo Caetano o viaduto saída para Aquidaban, município de Marialva, o qual convertido em Lei nº 14.989. **Anote-se - Archive-se.**

099/2005: De autoria da Deputada Arlete Caramês que, dispõe sobre afixação de letreiros que explicitem crimes e penas decorrentes da prática de prostituição ou exploração sexual de crianças, o qual convertido em Lei nº 14.990. **Anote-se - Archive-se.**

100/2005: De autoria do Deputado Artagão Júnior que, dispõe sobre adoção de medidas de segurança, pelos hospitais, casas de saúde e maternidade, que evitem, impeçam ou dificultem a troca de recém-nascidos em suas dependências, o qual convertido em Lei nº 14.991. **Anote-se - Archive-se.**

135/2005: De autoria do Deputado Ângelo Vanhoni que, institui o Programa Estadual de Saúde Mental Preventiva para Professores da Rede Pública Estadual de Educação conforme especifica, o qual convertido em Lei nº 14.992. **Anote-se - Archive-se.**

293/2005: De autoria da Deputada Cida Borghetti que, autoriza o Poder Executivo criar o Programa de Apoio às Pessoas com Psoríase, conforme especifica, o qual convertido em Lei nº 14.993. **Anote-se - Archive-se.**

322/2005: De autoria do Deputado Delegado Braddock que, dispõe sobre o fechamento de estabelecimentos comerciais que facilitem exploração sexual, o qual convertido em Lei nº 14.994. **Anote-se - Archive-se.**

191/2005: De autoria do Deputado Padre Paulo Campos que, dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 13.134/2001 (reserva de vagas para indígenas nas Uni-

versidades Estaduais), o qual convertido em Lei nº 14.995. **Anote-se - Archive-se.**

667/2005: De autoria do Poder Executivo que, cria, nas Universidades Estaduais de Londrina (UEL), de Maringá (UEM) e do Oeste do Paraná (Unioeste), 90 cargos de Agente Universitário integrante da carreira do Pessoal Técnico-Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior, o qual convertido em Lei nº 14.996. **Anote-se - Archive-se.**

Sob o nº CTL/CC 235/2005, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, encaminhando para os devidos fins, os Projetos de Lei nºs 374, 433, 456, 573, 582, 583, 585, 587, 588, 592, 595, 606 e 609/2005. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 023/2006, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, restituindo os Projetos de Lei nºs 477/2004, 047, 161, 150, 212, 328, 337 e 468/2005. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 024, 027, 028, 029 e 030/2006, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, encaminhando para os devidos fins, os Projetos de Lei nºs 723, 499/2003, 167, 333, 252/2004, 009, 623, 671, 458, 499, 510, 539, 542, 584, 610, 622, 628, 641, 642, 657, 696, 561, 611, 613, 635, 638, 640, 648, 658, 669, 682, 697, 698, 718, 719, 720, 721, 725 e 730/2005, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicação

INDICAÇÃO Nº 001/2006

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, REQUER, na forma do artigo 127 do Regimento Interno, a adoção de medidas por parte da Comissão Executiva da Assembléia (artigo 30, Icc/artigo 33, parágrafo 1º, Riaslep) no sentido de que seja utilizado o Pregão Eletrônico ou Presencial nas compras e serviços no âmbito do Poder Legislativo, em especial no processo licitatório de aquisição de serviços de difusão das atividades parlamentares através de rádio e televisão e para a implementação da Rádio TV Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) RATINHO JÚNIOR

CONVOCAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Primeiro Vice-Presidente, convoca os Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Tadeu Veneri, Durval Amaral, José Maria Ferreira e Luiz Fernandes Litro, membros indicados pelas Lideranças Partidárias para comporem a Comissão Especial de Reforma da Constituição, que opinará sobre a Proposição nº 40/2005, para reunião de instala-

ção da comissão amanhã, dia 21 de fevereiro, às 14h00 na Sala de Reunião da Presidência, no Plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 078

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência à Mensagem nº 005/2006, Projeto de Lei nº 003/2006, de autoria ao Poder Executivo, que objetiva extinguir, na Polícia Militar do Paraná, o Quadro de Oficiais de Administração (QOP) e criar, na mesma Corporação, o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM).

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 079

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência à Mensagem nº 006/2006, Projeto de Lei nº 004/2006, de autoria ao Poder Executivo, que objetiva dotar a Polícia Militar do Estado de um efetivo em quantitativos capazes de assegurar aos paranaenses o almejado nível de segurança, objetivando fixar o efetivo em 20.767 (vinte mil setecentos e sessenta e sete) militares estaduais, com acréscimo de 446 novas vagas.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 080

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência à Mensagem nº 007/2006, Projeto de Lei nº 005/2006, de autoria ao Poder Executivo, que visa reestruturar as tabelas de vencimentos do Quadro Próprio do Poder Executivo, regido pela Lei nº 13.666/2002, abrangendo mais de 40.000 funcionários públicos ativos, inativos e pensionistas.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 081

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência à Mensagem nº 008/2006, Projeto de Lei nº 006/2006, de autoria ao Poder Executivo, que cria no Quadro de Pessoal das Instituições de Ensino Superior, a

Carreira Técnica Universitária, assim como adotar outras providências.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 116

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência à Mensagem nº 004/2006, Projeto de Lei nº 002/2006, de autoria ao Poder Executivo, que fixa no âmbito do Estado do Paraná, o piso salarial de que trata o inciso V, do artigo 7º, da Magna Carta da República, em valores que variam entre R\$ 427,00 e R\$ 437,80, em conformidade com as diversas categorias profissionais.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Delegado braddock, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Padre Paulo Campos, Luiz Accorsi, Natálio Stica, Alexandre Curi, José Maria Ferreira, Tadeu Veneri, Ângelo Vanhoni, Mauro Moraes, Francisco Bühner, Duílio Genari, Rafael Greca, Carlos Simões, Elza Correia, Reni Pereira, André Vargas, Pedro Ivo Ilkiv, Hermes Fonseca, Chico Noroeste, Cesar Seleme, Nelson Justus e Cleiton Kielse.

REQUERIMENTO Nº 048

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 681/2003, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 100

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, o pedido de que o Projeto de Lei nº 195/2004 seja recolocado em pauta para votação.

O referido projeto tem como objeto, concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Dom Ladislau Biernaski.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 045

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeito-

samente REQUERER a aprovação do documento anexo, como Relatório Complementar, no caso do navio Vicuña. **(O Relatório Complementar encontra-se publicado no final da Ata)**

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 055

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de uma Sessão Solene desta Assembléia Legislativa para a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Jacob Alfredo Stoffels Kaefer, conforme Lei nº 14935 de 12 de dezembro de 2006, no dia 07 de abril de 2006, às 19h30, no Eventos Palácio, à rua Aníbal Kouri, 460, Bairro FAG na cidade de Cascavel.

Requer, ainda, sejam determinadas as providências cabíveis ao Departamento do Cerimonial para que o evento se revista do maior sucesso.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 084

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização para se ausentar desta Casa de Leis para viagem a Brasília-DF, onde participará de reunião da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Direção Nacional da Unale, que acontecerá no dia 20 de fevereiro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 089

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA designação da Assembléia Legislativa do Paraná para participar em Brasília, no dia 22 de fevereiro de 2006, da audiência com o Presidente do Incra, a fim de discutir situação referente a posseiros do município de Pinhão-PR.

Na mesma oportunidade, solicita a possibilidade de a Assembléia arcar com as despesas (passagem aérea).

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 120

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, autorização para ausentar-se dos trabalhos legislativos no próximo dia 22 de fevereiro de 2006,

pois estará se reunindo com o presidente nacional do Incra, na Capital Federal, acompanhando lideranças de posseiros do município de Pinhão.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 052

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador Pedro Alonço dos Reis, ocorrido dia 16.02.2006, em Boa Vista da Aparecida.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 58 anos de idade, faleceu na cidade de Boa Vista da Aparecida, o Sr. Vereador Pedro Alonço dos Reis, no dia 16 de fevereiro corrente, deixando viúva a Sra. Dalva. Deixou ainda, as filhas: Elisângela, Elizandra, Eliziane e Ederlize. O passamento de Pedro Alonço veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este Parlamentar.

Foi Vereador por duas legislaturas em Boa Vista da Aparecida e, atualmente, era Presidente da Câmara Municipal.

Nosso amigo Pedro Alonço dos Reis era pessoa muito estimada na região de Boa Vista da Aparecida, onde residia, e deixou saudade entre todos os parentes, amigos e correligionários. Sua família, a família que o adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá descansar tranquilo, pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória. Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos familiares do Vereador Pedro Alonço, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento de grande dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Alonço dos Reis, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 053

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Gonzaga Feijó, no último dia 06 de fevereiro de 2006, no município de União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos sessenta anos de idade, faleceu no último dia 06 de fevereiro, no município de União da Vitória, o Sr. Luiz Gonzaga Feijó, que era jornalista.

O Sr. Luiz Gonzaga Feijó deixou viúva a Sra. Neusa. Deixou ainda três filhos e um neto. O passamento do Sr. Feijó veio abrir uma enorme lacuna no seio da família, bem como no vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o do convívio de seus entes queridos, de seus amigos... Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada e dedicada à família, aos amigos e ao trabalho. Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seus nome e cultuar sua memória. Imploramos ao Pai Celeste que os amigos e familiares do Sr. Feijó encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família do Sr. Feijó, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 059

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Gabriel da Silva.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 061

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Vicentini.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 062

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido

o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Stédile.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 063

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Hosken de Novaes.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 064

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Godoi Sobrinho.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 066

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Malaguido.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 067

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Marcos Neves da Cruz.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 060

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo faleci-

mento da Sra. Ruth Crozett Baka, mãe do Exmo. Prefeito de Paranaguá.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 065

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Carmelina Mendes Pereira.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 097

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família Alonço dos Reis, de Boa Vista da Aparecida-PR, pelo falecimento do Sr. Pedro Alonço dos Reis, na última quinta-feira.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta a sua solidariedade, rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de amor à família, ao trabalho e à comunidade que o Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida deixou para todos nós.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa da Sra. Dalva Alonço dos Reis, via correspondência a ser encaminhada à Rua Eugênio Trevisan, 10 - CEP 85780-000, Boa Vista da Aparecida - PR.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 121

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família da Sra. Iolanda Parolin Gabardo, pelo seu falecimento ocorrido na última quarta-feira (15 de fevereiro de 2006).

Sogra do Senador Flávio Arns, Iolanda Parolin Gabardo, teve destacada atuação no segmento social e religioso, tendo sido Presidente do Clube Ipiranga durante muitos anos.

Peço, portanto, a meus Pares, apoio à proposta, solicitando ainda que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à sua família.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 123

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar ao Vereador de Curitiba, Tico Kuzma e família, pelo trágico falecimento de seu genitor, Sr. Leônidas Kuzma, ocorrido em 16/02/2006.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Leônidas Kuzma, 64 anos, delegado aposentado, morreu no hospital, depois de levar um tiro durante um assalto no bairro Xaxim, nesta Capital.

Notícias estampadas nos jornais destacam a brutalidade e covardia do ato que atingiu o ex-delegado, vez que sequer estava armado e não reagiu ao assalto.

Ao apresentar nosso voto de pesar ao Vereador e sua família, queremos demonstrar a nossa solidariedade e, também a nossa indignação ao tomar conhecimento de mais uma ação da violência que, infelizmente, já virou rotina também em nossa Capital.

O que esperamos, enquanto Parlamentares, é que a justiça seja feita e que nosso aparelho policial atue de forma mais eficiente para inibir a ação dos marginais que estão a aterrorizar nossas famílias.

REQUERIMENTO Nº 093

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, o uso do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 08 de março para solenidade em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ELZA CORREIA

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Cida Borghetti e Arlete Caramês.

REQUERIMENTO Nº 085

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Cel. QOBM Almir Porcides Júnior, pela posse junto ao Comando do Corpo de Bombeiros, em solenidade que aconteceu no dia 13 de fevereiro de 2006.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, no Quartel do Comando do Corpo de Bombeiros, à Rua Nunes Machado, nº 130 - Centro - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 086

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à nova Diretoria do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, para o biênio 2006/2007.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao contador Maurício Fernando Cunha Smiytink, Presidente do Conselho mencionado.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 099

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário deste Parlamento, que se digne a aprovar para que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações deste Poder à empresa Agrícola Horizonte, da cidade de Marechal Cândido Rondon, nas pessoas do Sr. Osvino Ricardi e sua esposa Marlise, sócios-proprietários, e do engenheiro agrônomo Werner João Barth, responsável pelo departamento técnico-agronômico, pela exemplar organização do Dia de Campo, realizado no último dia 24 de janeiro.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, soma-se aos elogios de agricultores, autoridades e demais pessoas que participam do evento, manifestando à conceituada empresa, congratulações pelo pujante Dia de Campo, uma vez mais promovido - e como sempre - de alta relevância para conhecimento e transferência de nova tecnologia para a atividade agrícola regional.

Caso aprovada a presente proposição, o Parlamentar requerente solicita que seja dado ciência da mesma, com votos de contínuo sucesso à empresa homenageada, nas pessoas do Sr. Osvino Ricardi e sua esposa Marlise e do engenheiro agrônomo Werner João Barth, à Avenida Irio Jacob Welp, 600 - CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon/PR.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 103

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário deste Parlamento, que se digne a aprovar para serem registrados nos Anais da Ses-

são de hoje, votos de congratulações deste Poder à Cooperativa Agroindustrial Copagril, da cidade de Marechal Cândido Rondon, nas pessoas do seu Diretor-Presidente Sr. Ricardo Chapla; do seu Diretor-Vice-Presidente Adelar Borth; do seu Diretor-Secretário Eloi Darci Podkowa e ao seu departamento técnico-agronômico, pela extraordinária organização de mais um evento de Dia de Campo, realizado nos últimos dias 19 e 20 de janeiro.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, soma-se aos elogios de agricultores associados, autoridades e demais pessoas que compareceram ao evento, manifestando à conceituada Cooperativa efusivos cumprimentos pelo pujante Dia de Campo, uma vez mais promovido - e como sempre, de alta relevância para conhecimento e transferência de nova tecnologia para a atividade agrícola regional.

Caso aprovada a presente proposição, o Parlamentar requerente solicita que seja dado ciência da mesma, com a expressão de votos de contínuo sucesso à Cooperativa cumprimentada, nas pessoas do seu Diretor-Presidente, Sr. Ricardo Chapla; do seu Diretor Vice-Presidente, Sr. Adelar Borth e do seu Diretor-Secretário Eloi Darci Podkowa, à Rua 9 de Agosto, 700 - CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon/PR.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 105

Senhor Presidente:

Valendo-se de suas prerrogativas regimentais, o Deputado que este firma, vem REQUERER ao Plenário deste parlamento, que se digne a aprovar o registro nos Anais da Sessão de hoje, das efusivas congratulações deste Poder à Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda - Coopavel, da cidade de Cascavel, nas pessoas do seu Diretor-Presidente, Sr. Dilvo Grolli e do seu Diretor-Gerente, Sr. Rogério Rizzardi e equipe, pela exemplar organização do Show Rural 2006, realizado agora, de 13 a 17 de fevereiro.

Como se verifica, sem qualquer vestígio de dúvidas, a cada nova edição, a organização e a condução do Show Rural transfigura qualidade e pujança, retratando com fidelidade o espírito norteador, galgado na coerência de atitudes, na determinação e na confiança recíproca da diretoria, cooperadores e quadro de funcionários da Coopavel, em levar adiante esse projeto tão audacioso. Que se agiganta a cada nova realização.

O desenvolvimento e a solidificação de qualquer setor da atividade humana é, antes de tudo, uma manifestação do querer coletivo. E o despertar do querer é tarefa daqueles que almejam não apenas o melhor para si mesmo, mas, sim, para toda a coletividade.

A pujante dimensão de grandeza que já alcançou o Show Rural testifica que ele é resultado da capacidade realizadora da constituição e convergência de forças para fazer algo bem feito. Testemunho e prova que fazem todos aqueles que visitaram esse expressivo empreendimento.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dado ciência da mesma, com a expressão dos votos de contínuo sucesso à Cooperativa cumprimentada, nas pessoas do seu Diretor-Presidente, Sr. Dilvo Grolli e do seu Diretor-Gerente, Sr. Rogério Rizzardi, à BR-277, Km 591 - CEP: 85.803-490 - Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ELIO RUCH

REQUERIMENTO Nº 113

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações ao Conselho Regional de Contabilidade pela posse da Diretoria, gestão 2006/2007, no dia 17 de fevereiro. Seja da nova Diretoria, na pessoa do Presidente, contador Maurício Smýtink; contador Marcos Sebastião Rigoni de Mello Vice-Presidente; contadora Ana Maria Golas, Vice-Presidente da Câmara de Controle Interno; Vice-Presidente da Câmara de Fiscalização, contador Antônio Augusto Godoi de Oliveira; ao contador João Gelásio Weber, Vice-Presidente da Câmara de Registro; ao contador Paulo César Caetano de Souza, Vice-Presidente da Câmara de Desenvolvimento Profissional; ao contador Sandro Di Carlo Teixeira, Vice-Presidente da Câmara de Desenvolvimento Regional; a todos os membros da Câmara de Ética e Disciplina e ao contador Gerson Luiz Borges de Macedo, Diretor.

Bem como à antiga diretoria, na pessoa do Presidente reeleito Maurício Smýtink e seus companheiros.

Seja este voto encaminhado ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, Tel: (41) 3232-7911 - Rua Lourenço Pinto, 196, Curitiba/PR - CEP: 80010-160 Ed. Centro do Contabilista - Centro - Fone/Fax: (41) 3232-7911.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 056

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e - como tal encaminhado ao Sr. Marcelo Zulin, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 058

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos

da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Maria das Dores Moreira Alves.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 083

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de regozijo pelo 23º aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município de Missal, comemorados no dia 22.01.2006 com a Festa dos Navegantes. Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Exmos. Srs.: Plínio Stuari e Edemar Filipin, respectivamente Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Missal.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 107

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Sr. Jaime Antônio Piloni (Presidente do Conselho de Segurança do Uberaba), pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 108

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Dr. Jair Aparecido Avansi, pelos relevantes serviços prestados na área jurídica à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 109

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Sr. Alexandre Bruel Stange (1º Tenente da Polícia Militar e Comandante do 4º Esquadrão do Regimento de Polícia Montada), pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense, na área de segurança nos bairros: Boqueirão, Alto Boqueirão, Uberaba e Vila Hauer.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 110

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Sr. Aramis Alexandrini (Relações Públicas da Associação da 3ª Idade do Balneário de Guarapari), pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 111

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Presidente do Grupo da 3ª Idade Estrela do Mar/Ipanema, Sr. Dinarte Luiz Kula e membros da Diretoria, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 112

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo à Presidente da Associação da 3ª Idade do Balneário de Guarapari, Sra. Leocádia Rodakowski Algauer e membros da Diretoria, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 096

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de moção de apoio à Reitora da Universidade Estadual de Londrina - UEL, Lygia Lumina Pupatto, manifestando solidariedade pelo lamentável incidente ocorrido no dia 12 de fevereiro de 2006, na citada Instituição, onde ocorreu a queda da marquise do anfiteatro do Centro de Estudos Sociais Aplicados.

Requer ainda, envio de cópia à Reitoria da Universidade Estadual de Londrina no endereço: Campus Universitário, caixa postal 6001, CEP: 86.051-990, Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 101

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos

trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de menção honrosa às vinte e três primeiras bombeiras do Estados do Paraná, aprovadas em concurso no final de 2005 e ingressadas no início deste ano à corporação.

Requer-se por fim, que a referida homenagem seja enviada ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros, Comandante Almir Porcides Júnior, sito nesta Cidade, à Rua Nunes Machado, 130, Centro, CEP 80.250-000, (41-3351-2000).

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 102

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de menção honrosa, aos membros da 1ª Câmara Mirim e à Vereadora autora do projeto, Sra. Cristiane Andréia de Oliveira, do município de Atalaia, Estado do Paraná, onde a posse ocorrerá no início dos trabalhos legislativos deste ano.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência aos homenageados no endereço: Câmara Municipal de Atalaia, Rua Manuel Antonio Filho, nº 42, Centro, Atalaia - Paraná - Brasil, (41-3254-1092), CEP: 87.630-000.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 087

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício aos Exmos. Srs. Luiz Inácio Lula da Silva, Digníssimo Presidente da República do Brasil, Alfredo Pereira do Nascimento, Digníssimo Ministro dos Transportes e José Alexandre Nogueira de Resende, Mui Digno Diretor-Geral da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, solicitando seja alterado o local de instalação de praça de pedágio prevista para implantação na BR-116, acerca de dois quilômetros do acesso à PR-410, denominada Estrada da Graciosa.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal, através do Ministério dos Transportes e ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, pretende, como parte do seu programa de concessão de rodovias federais, através de licitação, conceder à atividade privada o direito a pedaggiar a BR-116, até o início de 2007.

Dentre os pontos de instalação de praças de pedágio consta a implantação de uma a dois quilômetros da PR-410, denominada Estrada da Graciosa.

A Estrada da Graciosa, via centenária, pavimentada com pedras, de responsabilidade do Estado do

Paraná, que faz a sua manutenção, é a única alternativa da população que reside em Curitiba e municípios da região metropolitana para chegar ao litoral paranaense, sem pagar pedágio.

Mas a Estrada da Graciosa não é apenas uma via de acesso ao litoral, de vez que localizada em área de preservação ambiental, é muito freqüentada pelos paranaenses, principalmente pela população curitibana e da região metropolitana, que nos finais de semana a utilizam para descansar e desfrutar das belezas que a natureza oferece, sendo um dos meios de lazer mais acessíveis às famílias de baixa renda.

Com a instalação de uma praça de pedágio no local previsto, haverá uma queda da freqüência das pessoas, reduzindo o movimento das atividades comerciais explorados pelos moradores residentes à margem da estrada, prejudicando também aqueles que têm na venda de produtos produzidos artesanalmente seu único meio de sobrevivência, que sofrerão significativamente por conta dessa medida.

A princípio, a possível instalação dessa praça de pedágio no local citado fere a Constituição Federal que em seu artigo 5º, XV, dispõe: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”, e se efetivada vai impedir o acesso sem custos das pessoas aos municípios litorâneos, pois é a única via que garante o acesso gratuito às praias, de vez que a outra seria a BR-277, mas é pedagiada com cobrança de um valor absurdo e completamente fora da realidade.

Curitiba e municípios da região metropolitana são formados por várias classes sociais, algumas com condições de arcar com as despesas de pedágio quando se dirigem ao litoral, mas as classes menos favorecidas que atualmente se utilizam da Estrada da Graciosa, seja em virtude de trabalho ou lazer, serão extremamente prejudicadas com essa medida do Governo Federal.

Para a instalação de praça de pedágio no ponto onde está sendo cogitada, ou seja, a dois quilômetros do acesso à Estrada da Graciosa, não existe argumentos que a justifiquem, pois as concessionárias não farão a sua manutenção, uma vez que a estrada terá sua conservação realizada pelo Estado por se tratar de estrada estadual.

Não há que se discutir o valor a ser cobrado a título do pedágio, pois por menor que seja é assegurada pela Carta Magna, ao cidadão, o direito de ir e vir.

Nos chama ainda a atenção essa estranha pretensão da instalação de uma praça de cobrança justamente nas proximidades da entrada da Estrada da Graciosa, pois em tantos outros lugares poderá ser instalada, porém está prevista a sua implantação justamente próximo a essa via.

Diante do exposto, é imprescindível que a Presidência da República, Ministério dos Transportes e ANTT, tomem as providências cabíveis e urgentes visando alterar o ponto de instalação da praça de pedágio

em questão, pois é injustificável a sua instalação no local pretendido.

REQUERIMENTO Nº 088

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício aos Exmos. Srs. Deputados Federais e Senadores do Paraná, solicitando gestões junto à Presidência da República, Ministério dos Transportes e ANTT, visando a mudança do local de instalação de praça de pedágio, na BR-116, previsto para implantação acerca de dois quilômetros do acesso à PR-410, denominada Estrada da Graciosa.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal, através do Ministério dos Transportes e ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, pretende, como parte do seu programa de concessão de rodovias federais, através de licitação, conceder à atividade privada o direito a pedagiagem a BR-116, até o início de 2007.

Dentre os pontos de instalação de praças de pedágio consta a implantação de uma a dois quilômetros da PR-410, denominada Estrada da Graciosa.

A Estrada da Graciosa, via centenária, pavimentada com pedras, de responsabilidade do Estado do Paraná, que faz a sua manutenção, é a única alternativa da população que reside em Curitiba e municípios da região metropolitana para chegar ao litoral paranaense, sem pagar pedágio.

Mas a Estrada da Graciosa não é apenas uma via de acesso ao litoral, de vez que localizada em área de preservação ambiental, é muito freqüentada pelos paranaenses, principalmente pela população curitibana e da região metropolitana, que nos finais de semana a utilizam para descansar e desfrutar das belezas que a natureza oferece, sendo um dos meios de lazer mais acessíveis às famílias de baixa renda.

Com a instalação de uma praça de pedágio no local previsto, haverá uma queda da freqüência das pessoas, reduzindo o movimento das atividades comerciais explorados pelos moradores residentes à margem da estrada, prejudicando também aqueles que têm na venda de produtos produzidos artesanalmente seu único meio de sobrevivência, que sofrerão significativamente por conta dessa medida.

A princípio, a possível instalação dessa praça de pedágio no local citado fere a Constituição Federal que em seu artigo 5º, XV, dispõe: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”, e se efetivada vai impedir o acesso sem custos das pessoas aos municípios litorâneos, pois é a única via que garante o acesso gratuito às praias, de vez que a outra seria a BR-277, mas é pedagiada com

cobrança de um valor absurdo e completamente fora da realidade.

Curitiba e municípios da região metropolitana são formados por várias classes sociais, algumas com condições de arcar com as despesas de pedágio quando se dirigem ao litoral, mas as classes menos favorecidas que atualmente se utilizam da Estrada da Graciosa, seja em virtude de trabalho ou lazer, serão extremamente prejudicadas com essa medida do Governo Federal.

Para a instalação de praça de pedágio no ponto onde está sendo cogitada, ou seja, a dois quilômetros do acesso à Estrada da Graciosa, não existe argumentos que a justifiquem, pois as concessionárias não farão a sua manutenção, uma vez que a estrada terá sua conservação realizada pelo Estado por se tratar de estrada estadual.

Não há que se discutir o valor a ser cobrado a título do pedágio, pois por menor que seja é assegurada pela Carta Magna, ao cidadão, o direito de ir e vir.

Nos chama ainda a atenção essa estranha pretensão da instalação de uma praça de cobrança justamente nas proximidades da entrada da Estrada da Graciosa, pois em tantos outros lugares poderá ser instalada, porém está prevista a sua implantação justamente próximo a essa via.

Diante do exposto, é imprescindível que a Presidência da República, Ministério dos Transportes e ANTT, tomem as providências cabíveis e urgentes visando alterar o ponto de instalação da praça de pedágio em questão, pois é injustificável a sua instalação no local pretendido.

REQUERIMENTO Nº 098

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante firmado, facultado pelas disposições regimentais desta Casa Legislativa, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja enviado o ofício ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a seguinte informação: a estrada que liga as sedes municipais de Diamante do Oeste e Rami-lândia é integrante ou não do Sistema Rodoviário Estadual?

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 104

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante firmado, facultado pelas disposições regimentais desta Casa Legislativa, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja enviado o ofício ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a seguinte informação: a estrada que liga as sedes municipais de Campo Bonito e Braganey é integrante ou não do Sistema Rodoviário Estadual?

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 106

Senhor Presidente:

Considerando o expediente recebido da Associação de Moradores da Linha Guavirá, no município de Marechal Cândido Rondon, venho facultado pelas prerrogativas regimentais desta Casa Legislativa, REQUERER, após a devida anuência do Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Diretor-Presidente da Copel, solicitando para que determine providências junto ao órgão competente da estatal para adotar medidas para regularizar o fornecimento de energia elétrica para aquela comunidade, que há muito tempo espera pela correção dessa deficiência.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 047

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja solicitado junto ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas e Rodagens, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, cópia do Processo de Licitação de Obras de Calçamento com Pedras Irregulares, num trecho de 5 km, na Linha Jacutinga do município de Boa Vista da Aparecida, referente ao Convênio nº 054/2004.

Para tanto, requer o apoioamento dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 049

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Ferreira Delazari, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto nº 253 de 29/01/2003:

- na última entrega de viaturas, ocorrida no dia 06/02, qual o número de viaturas destinadas a cada quartel e a cada município do Estado?

- Se houve nomeação de novos soldados nos últimos 06 (seis) meses, para quais municípios foram designados? Se procede a informação de designação de 100 (cem) novos soldados para os municípios de Londrina, Maringá e Cascavel?

- Da mesma forma, se houve entrega de novos equipamentos e armas, para as Polícias do Estado, quais foram esses equipamentos e para que os municípios foram destinados?

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 068

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente ao Procurador Geral do Ministério Público no Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, solicitando providências para denúncias veiculadas no jornal Folha de Londrina, referente a: uso de radar na BR-376, próximo a Tibagi, durante o feriado de fim de ano, e pelo fato de a rodovia ser federal.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 069

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Parana Previdência, Sr. José Maria de Paula Correia, solicitando revisão da aposentadoria da Sra. Alice Roma Botti Schmitt.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 070

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando correspondência da Sra. Maria Marta Rovino - para que o mesmo tome conhecimento dos fatos - e solicitando providências em relação à dificuldade em conseguir aposentadoria através da Parana Previdência.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 071

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando providências em relação ao exposto na carta denúncia enviada pelo Sr. José da Silva, referente à aquisição de materiais de construção pela Cohapar.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 072

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, encaminhando o Ofício 002/06 da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibiporã.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 073

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando providências em relação ao exposto no e-mail enviado pelo Sr. Pedro Camargo.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 074

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Exmo. Sr. Orlando Pessuti, encaminhando o Ofício Circular 01/2006 da Câmara Municipal de Santa Izabel do Oeste e solicitando providências.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 075

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, encaminhando o Ofício nº 447/2005, emitido pela Presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná, para que o mesmo tenha conhecimento das questões referentes ao reconhecimento dos cursos oferecidos pelo Colégio Reensino de Londrina.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 095

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, solicitando o envio de Mensagem do Poder Executivo para esta Casa de Leis, propondo a criação da carreira de Fiscal da Defesa Agropecuária na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

Tal proposta se justifica pela necessidade de contemplar os engenheiros-agrônomos, médicos-veterinários e biólogos do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária - Defis e pela necessidade de fortalecer a defesa agropecuária paranaense e dando maior estabilidade e segurança a esse importante quadro de profissionais.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.
(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 051-A

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, seja convidado o Ilmo. Sr. Davi José de Castro Gouveia, representante da 9ª Unidade do DNIT-PR, para prestar esclarecimentos a esta Casa de Leis, acerca da implantação de praças de pedágio na BR-116, na Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(aa) ÂNGELO VANHONI
TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 077

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, seja solicitado por esta Casa de Leis a presença dos Exmos. Srs. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda e Reinhold Stephanes, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para prestarem esclarecimentos sobre as dívidas do Governo do Paraná relativas ao processo de privatização do Banco do Paraná - Banestado.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 092

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário do Meio Ambiente do Paraná, solicitando informações a respeito do Parque Público de Lazer em Almirante Tamandaré, no imóvel adquirido pelo Estado do Paraná, com fulcro na Lei 14.233/2003:

- Qual o cronograma de implantação do Parque?
- Qual o volume de recursos necessários à implantação do Parque?
- Em que fase de implantação se encontra o projeto?
- Qual a data prevista para a inauguração do Parque?

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido de fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanha-

mento de fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Quanto à matéria específica, a Assembleia Legislativa aprovou a aquisição do imóvel e não se tem conhecimento da fase de implantação do parque.

Estas são as razões do pedido.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 021/2006

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As Instituições Públicas da Educação Superior que se encontrarem dentro do território paranaense reservarão, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, 90% (noventa por cento) de suas vagas para estudantes que tenham como domicílio o Estado do Paraná.

Parágrafo Único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios do *caput*, as remanescentes poderão ser completadas por estudantes vindos de outras regiões da Federação.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Educação será responsável pelo acompanhamento e avaliação do sistema de que trata esta lei.

Art. 3º As Instituições de que trata o artigo 1º terão o prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias para se adaptarem ao disposto nesta lei.

Art. 4º O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta lei, a revisão do sistema de reserva de vagas concedidas aos estudantes radicados no Estado do Paraná.

Art. 5º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Estudos recentes de fontes abalizadas apontam que tem crescido o número de alunos não residentes no Estado do Paraná que freqüentam nossas universidades. Assim, faz-se necessário a implantação de um plano de cotas que proteja e prestigie os estudantes aqui radicados.

Entretanto, cumpre-nos acrescentar que o presente projeto de lei, adotando a política de cotas, o faz de forma racional, distribuindo-as pela composição daqueles que realmente residem no Estado do Paraná, assegurando assim o ingresso nas universidades públicas aos estudantes que compõem a sociedade paranaense e que contribuem para o desenvolvimento de nosso Estado.

Importante salientar ainda, que o processo para a construção deste projeto de lei encontra legitimidade social

consistente, vez que em momento algum procura qualquer vantagem aos estudantes aqui radicados, tão somente demonstra justiça para com aqueles que fazem parte de todo o complexo social paranaense, permitindo-lhes um desenvolvimento social e laborativo de forma eficaz.

Torna-se imperioso que uma lei regulamentando cotas para os estudantes aqui radicados, garanta em sua dinâmica não só o ingresso, mas a permanência desses alunos até a conclusão dos cursos, bem como o desenvolvimento em diversos segmentos do Estado do Paraná, preocupação presente neste projeto de lei.

Assim, nobres Parlamentares, solicito o apoio e aprovação deste projeto de lei, em benefício dos jovens paranaenses que buscam o acesso às universidades públicas que ministram a Educação Superior gratuita.

PROJETO DE LEI Nº 022/2006
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Três Barras do Paraná o imóvel matriculado sob nº 30.223, folha 30.223 do Livro nº 2 - Registro Geral, do Registro de Imóveis de Cascavel, atualmente pertencente à circunscrição imobiliária da comarca de Catanduvas, consistente em fração da quadra nº 4 (quatro), situada no loteamento denominado Três Barras do Paraná, de propriedade do Estado do Paraná.

Art. 2º O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado pela Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, especificamente para o fim que esta lhe der, atendidos os princípios que regem a Administração Pública.

Parágrafo Único. O município ficará responsável pela guarda, proteção e restauração do imóvel.

Art. 3º As despesas com escritura e registro de imóveis correrão por conta do donatário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a autorização legislativa para que o Executivo proceda à doação de imóvel ao município de Três Barras do Paraná.

O referido imóvel fora doado pelo município de Catanduvas ao Estado em 08 de setembro de 1981. Ocorre que o município de Três Barras do Paraná havia sido desmembrado de Catanduvas, em 13 de maio de 1980, de forma que o imóvel deveria ser doado ao município de Três Barras do Paraná.

Portanto, a maneira legal de se fazer justiça é devolver o imóvel ao legítimo titular, o município de Três

Barras do Paraná, tendo em vista o longo decurso de prazo decorrido.

O município de Três Barras do Paraná tem dentre seus deveres a eficiente prestação de serviços públicos à comunidade local e regional.

Mais que isso, o Município tem projetos concretos de revitalização do imóvel objeto do presente projeto, a Praça Municipal, onde será implantado chafariz, passeio público, cachoeira, parque infantil, cancha acústica para eventos culturais e área de lazer para danças tradicionais folclóricas, transformando-o em um cartão postal.

Esta área pertence ao Estado e atende às necessidade do Município, sendo que, para tanto, solicita a mesma para que possa realizar o atendimento da população local.

Sendo assim, espera contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 023/2006
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Alto São João, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Alto São João é sociedade civil, sem fins lucrativos, tendo por principais objetivos:

- a) incentivar e preservar a unidade e solidariedade entre os associados;
- b) lutar pela melhoria das condições de vida das famílias associadas;
- c) desenvolver formas particulares e comunitárias para construção e aquisição de toda infra-estrutura necessária para o desenvolvimento dos associados como: galpões, máquinas, implementos etc;
- d) facilitar a compra de insumos e bens de consumo, bem como a venda dos produtos produzidos pelos associados, sempre de forma organizada e conjunta;
- e) defender junto às autoridades competentes a implantação dos serviços básicos como: luz, água, telefonia, transporte, enfim todos os serviços que são dever do Estado e direito do cidadão;
- f) cooperar e associar-se a outras entidades representativas do meio rural, bem como do meio urbano, visando efetivar os objetivos e princípios da Associação;
- g) buscar o crescimento da organização associativa através da troca de experiências com outras organizações similares no município, região, Estado ou mesmo fora dele;

h) a Associação poderá prestar-se das mais diversas formas de apoio e serviços que beneficiem a comunidade em geral;

i) defender e desenvolver o uso de tecnologias alternativas na agricultura e criações que sejam economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente equilibradas;

j) criar formas de obtenção de recursos e buscar as fontes já existentes através de propostas tecnicamente viáveis e projetos conjuntamente elaborados;

k) apoiar as diversas formas de organização das mulheres e jovens, através de suas iniciativas, para superação de todas as formas de discriminação e valorização do seu trabalho na comunidade, na produção, na sociedade, nos esportes e no lazer.

A Associação preenche os requisitos exigidos para sua declaração de utilidade pública estadual, eis que conforme se comprova com os documentos aqui anexados, possui personalidade jurídica, seus estatutos estão registrados no Registro Civil de Títulos e Documentos da Pessoa Jurídica em Laranjeiras do Sul, prestando desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada.

Anexa-se, ainda, Ata de Eleição da Diretoria atual, bem como o Relatório de Atividades do último ano.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 024/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A escolha do nome da pessoa que ocupará o cargo de Documentador(a) Escolar (RDE) nos municípios do Estado do Paraná se dará através de eleições diretas entre os professores da Rede Pública Estadual de Ensino, realizadas na mesma data de escolha de Diretores.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Educação - SEED, se encarregará de regulamentar o processo de escolha estabelecido no artigo anterior.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O cargo de Documentador(a) Escolar faz parte do cronograma do Núcleo Regional de Educação, com o objetivo de manter um representante autorizado na área da educação em cada município.

A escolha dos nomes para responderem pela Documentação Escolar nos municípios, é hoje, uma das prerrogativas do Parlamentar que detém o comando político

da região, normalmente, da bancada do Governo do Estado.

Essas indicações feitas pelos Deputados têm gerado muitos problemas éticos, provocando desentendimentos entre as lideranças municipais e até entreveros entre Parlamentares da mesma frente governamental.

O pensamento deste Deputado é o de que a única forma de evitar esses problemas é proceder-se a uma eleição direta, onde a escolha ficará sob a responsabilidade dos professores da Rede Estadual em cada município, pois os mesmos conhecem a capacidade e a liderança de cada um, podendo escolher com o máximo de critério possível, sem a menor interferência político-partidária.

Por essas razões, pede o apoio dos demais Parlamentares desta Casa, para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 025/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Gaudium de Proteção à Vida, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Gaudium de Proteção à Vida, com sede e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade desenvolver atividades de proteção à vida em toda a sua abrangência, desenvolvendo pesquisas e ações concretas que visem a erradicação da pobreza.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 026/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a reversão da doação, ao patrimônio do município de Marechal Cândido Rondon, da doação dos imóveis urbanos nº 07/08/11/12 (sete, oito, onze e doze) formado pela parte nordeste do lote urbano nº 07, com a área de 470,60 m2, parte nordeste do lote urbano nº 08 com área de 743,0 m2, parte nordeste do lote urbano nº 11 com a área de 333,75 m2 e lote urbano nº 12 com a área de 800,0 m2 da quadra 161, situado no quadro urbano da cidade e com a área 2.347,35 m2 com as matrículas nº 26.977 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Parágrafo Único. Os mencionados lotes, foram doados para o Estado do Paraná, através da Lei Municipal nº 3406 de 11 de junho de 2002.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A presente doação foi feita mediante a condição de que a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná efetuasse a construção e instalação do Núcleo de Inteligência e Operações de Fronteira - NIOF, visando o atendimento de combate ao crime organizado e ao contrabando nas regiões de fronteira. Que de acordo com o artigo 3º da Lei Municipal nº 3406 de 11.06.2002, o imóvel, objeto da presente escritura, reverterá ao domínio do outorgante doador por anulação pura e simples, caso o donatário não inicie a edificação no prazo máximo de 02 (dois) anos, contados da data da outorga da presente escritura, ou quando a entidade deixar de ocupar a área ou o NIOF for extinto.

Como a área do terreno em questão não está sendo utilizada pelo NIOF, solicitamos, portanto a reversão de doação para que o município de Marechal Cândido Rondon possa abrigar o Projeto Bombeiro Comunitário que, segundo o entendimento da equipe técnica da Defesa Civil do Estado, após realização de vistoria, o local melhor sintetiza as condições técnicas e de localização para abrigar o referido projeto.

PROJETO DE LEI Nº 027/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a recompensa ambiental aos proprietários rurais, que preservaram florestas em suas propriedades além dos 20% da “reserva legal”.

Art. 2º A recompensa ambiental será paga aos proprietários em valor equivalente a 50 sacas de milho por alqueire/ano, sempre no mês de maio, tendo por base o preço médio do mercado praticado no ano anterior, com recursos oriundos de um fundo constituído para esse fim.

Art. 3º Para que o proprietário tenha direito à recompensa ambiental, será feito um cadastramento pelos órgãos do Estado, com prioridade aos que possuam até quatro módulos fiscais e cuja área tenha cobertura florestal além dos 20% exigidos em lei.

I - Equiparam-se a proprietários para efeitos da presente lei, posseiros, parceiros e outros desde que possuam carta de aptidão fornecida pela Emater e Sindicatos.

Parágrafo Único. A adesão ao cadastro não será compulsória e prevalecerá conquanto seja de conveniência para o proprietário.

Art. 4º Poderão também se enquadrar no programa, proprietários que possuam mais de quatro e até quinze módulos fiscais.

I - O enquadramento dos proprietários ao programa se dará de forma gradual, iniciando-se com os de menor área de terra, ampliando-se à medida que houver disponibilidade de recursos no fundo.

Art. 5º O Governo do Paraná desenvolverá através das suas secretarias uma política que possibilite o manejo sustentável dessas áreas cadastradas no programa da “recompensa ambiental”, exceto aquelas de preservação permanente, visando dar aproveitamento econômico em forma de atividades compatíveis com a preservação e perpetuação das espécies de fauna e flora dessas áreas.

Art. 6º Os proprietários contemplados com a recompensa ambiental receberão treinamento e instruções dos órgãos do Estado, a fim de colaborarem como agentes ambientais voluntários na preservação do meio ambiente.

Art. 7º O programa de recompensa ambiental bem como demais despesas destinadas à implantação do mesmo serão custeadas da seguinte forma:

I - dotações orçamentárias do Estado;

II - dotações orçamentárias dos municípios e da União;

III - recursos oriundos do pagamento efetuado por proprietários, que não possuam reserva legal e que optarem por constituí-la na forma desta lei através do pagamento do valor correspondente a 50 sacas de milho por alqueire/ano;

IV - multas aplicadas pelos órgãos ambientais;

V - rendimentos de qualquer natureza, incluindo receitas resultantes de doações, legados, contribuições em dinheiro, de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) PEDRO IVO ILKIV

JUSTIFICATIVA:

Essa lei se faz necessária devido ao fato de que em algumas regiões do nosso Estado existirem proprietários que possuem grande parte de suas propriedades preservadas com muitas espécies nativas incluindo algumas ameaçadas de extinção, fato que impossibilita a ampliação das áreas agricultáveis dessas propriedades.

Essa situação gera um enorme problema social visto que os filhos desses agricultores são obrigados a deslocarem-se para os centros urbanos em busca de

melhores alternativas de vida. Por outro lado não se configura justo que esses proprietários que preservaram a maioria de suas propriedades, nada recebem por isso, enquanto outros que tudo devastaram além de não terem esses ônus ainda façam o total aproveitamento econômico de suas propriedades.

Se medidas nesse sentido não forem tomadas pelo poder público, a esses proprietários que preservaram só restam duas alternativas: vender suas áreas aos grandes proprietários causando êxodo rural ou permanecer na propriedade passando inúmeras necessidades, pois é impossível a sobrevivência de famílias na maioria dos casos numerosas em áreas como, por exemplo, no sul do Estado em que as propriedades giram em torno de 10 hectares e em grande parte dos casos 8 hectares são cobertos com vegetação nativa incluindo espécies em extinção como imbuia e araucária.

Esses pequenos proprietários e suas famílias, por questão de sobrevivência são forçados a partirem para culturas como a de fumo, que além de penosa, compromete a saúde e o meio ambiente em decorrência da maciça utilização de agrotóxicos.

Este projeto, ao estipular como medida referencial de pagamento pela cessão de áreas destinadas a reserva legal o milho, o que fez tendo em vista que este gênero agrícola é muito utilizado no mercado como indexador dos valores pagos por áreas arrendadas para atividades agrícolas. Também este cereal já foi utilizado como indexador em muitos programas governamentais destinados ao fomento da agricultura como, por exemplo, o Panela Cheia, no mandato anterior do Governador Requião.

Há que se ressaltar que os proprietários beneficiados por esta lei passariam a ser uma espécie de agentes ambientais voluntários, a exemplo do que ocorreu em projetos de preservação de espécies ameaçadas, como é o caso das tartarugas marinhas e pirarucu que envolveu os pescadores e a população ribeirinha dessas áreas. Seriam mais pessoas colaborando com os órgãos ambientais na preservação do meio ambiente.

Hoje temos casos de proprietários rurais que, em face das restrições à utilização econômica de determinadas espécies nativas como a araucária, por exemplo, que quando nasce é logo eliminada, pois futuramente passaria a ser vista como um obstáculo à utilização econômica das áreas por elas ocupadas, dada a proibição do seu corte. Com a nossa proposta esses proprietários seriam incentivados a inclusive efetuar o plantio de espécies nativas e com manejo adequado extrair lucratividade das mesmas.

Importante ressaltar que nossa proposta não gera despesas ao erário, pois apenas disciplina e facilita a intermediação de áreas aptas para isso. A presença do Estado nessa negociação entre o proprietário cedente e o tomador dessas áreas, importante para evitar abusos que poderiam resultar em exploração e até mesmo calotes aos cedentes na cobrança desses valores, isso evidentemente comprometeria o bom funcionamento desse sistema.

PROJETO DE LEI Nº 028/2006

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O *caput* e os parágrafos 3º, 7º e 8º, do artigo 1º, da Lei nº 14.976/2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os créditos relativos ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, vencidos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de novembro de 2005, ou mesmo aqueles denunciados, poderão ser pagos à vista, parcelados em até 100 parcelas mensais e sucessivas, compensados com créditos acumulados de ICMS próprio ou de terceiro, ou extintos mediante a utilização de créditos decorrentes de precatórios vencidos até dezembro de 2005, nos termos previstos nesta lei:

§ 3º Os juros vencidos serão reduzidos da seguinte forma:

I - até seis parcelas, com desconto de cem por cento;

II - de sete até dezesseis parcelas, com desconto de noventa e cinco por cento;

III - de dezessete a trinta parcelas, com desconto de oitenta e cinco por cento;

IV - de trinta e uma a quarenta e cinco parcelas, com desconto de oitenta por cento;

V - de quarenta e seis a sessenta parcelas, com desconto de setenta e cinco por cento;

VI - de sessenta e uma a setenta e cinco parcelas, com desconto de setenta por cento;

VII - de setenta e seis a noventa parcelas, com desconto de sessenta e cinco por cento;

VIII - de noventa e uma a cem parcelas, com desconto de sessenta por cento.

§ 7º Para quitação integral dos créditos tributários inscritos em dívida ativa e já ajuizados é necessário o pagamento de honorários advocatícios à razão de 2,0% (dois por cento) incidente sobre o valor a ser extinto em face, bem como dos valores relativos a custas processuais.

8º Para quitação parcial dos créditos tributários inscritos em dívida ativa e já ajuizados, é necessário o pagamento de honorários advocatícios à razão de 2,0% (dois por cento) incidente sobre o valor objeto do parcelamento, em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas.”

Art. 2º O artigo 10, da Lei nº 14976/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Poderá ainda ser promovida a extinção total de créditos tributários referidos nesta lei, lançados até 30 de novembro de 2005, com dispensa da multa e dos juros, mantida a correção monetária do imposto, de forma a observar:

I - mediante a utilização de crédito de ICMS acumulado, próprio ou de terceiros, desde que habilitado e/ou fiscalizados pelo próprio Estado, ou em fase de habilitação e/ou fiscalização;

II - mediante a utilização de créditos decorrentes de precatórios, desde que vencidos até dezembro de 2005, incluindo os oitavos.”

Art. 3º Os créditos tributários ainda pendentes de extinção e decorrentes do cumprimento das disposições contidas na Lei nº 13971/2001, vencidos ou não, poderão ser extintos total ou parcialmente, até a data do seu respectivo vencimento, atualizados monetariamente, ou mesmo, o valor decorrente de parcelas de parcelamentos já firmados ou mesmo, o valor de parcelas de parcelamento que venham a ser firmados com base no artigo 41 da Lei nº 11580/96, tendo como base o valor principal atualizado monetariamente e desde que requerido até a data do seu respectivo vencimento, mediante a utilização de precatórios vencidos até dezembro de 2005.

Art. 4º Fica autorizado o Poder Executivo a formalizar acordo ou transação com os credores da Fazenda Estadual, por direito próprio quanto por cessão de créditos, desde que tenha havido coisa julgada, mediante homologação judicial, para que haja a quitação de tributos estaduais do respectivo credor, ou de terceiro, para os fatos geradores ocorridos até 30.11.2005, desde que lhe seja feita a cessão do respectivo crédito.

Parágrafo Único. A transação ou acordo é facultado apenas à parte incontroversa.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(aa) HERMAS BRANDÃO
CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem se preocupado com a forma e prazo de extinção de créditos tributários em face do cumprimento das obrigações acessórias e principal por parte de contribuintes localizados em território paranaense, malgrado a legislação tributária disciplinar todo o regramento para tanto, inclusive, na hipótese da sua inadimplência, no que se refere aos seus consectários.

Inevitavelmente, a economia paranaense tem no segmento agrícola importante alavanca de seu desenvolvimento. Em vista de fatores climáticos adversos, tem-se verificado, nos últimos anos, quebras de produção agrícola, associadas aos baixos preços dos seus produtos, contrastando com altos preços de produção.

O mercado está se adequando a uma nova realidade econômica, com a adequação de fluxo financeiro.

A Lei nº 11.580/96, no artigo 41, permite ao contribuinte parcelar seu débito ainda pendente de recolhimento em até sessenta vezes.

Em 28 de dezembro de 2005, editou-se a Lei nº 14976/2005, oferecendo tratamento diferenciado aos contribuintes do ICMS, afastando multas e juros.

Entretanto, o prazo de parcelamento de quarenta e oito meses é inferior ao prazo de sessenta meses da lei geral.

Nesse sentido, sendo a Lei nº 14976/2005 mais benéfica, teria ela que estabelecer condições quanto a forma e prazo em condições mais favoráveis aos contribuintes, eventualmente interessados em utilizar tal veículo para a regularização de débitos tributários.

O presente projeto objetiva aquilatar o prazo de parcelamento, porquanto esse deve ser o espírito de norma especial e, mormente, mais benéfica.

O valor dos honorários advocatícios da Procuradoria, na hipótese de crédito tributário encontra-se em fase de Execução Fiscal, conforme determina a Lei nº 14976/2005; ficou maior do que o valor devido na extinção do crédito tributário.

Outra questão há muito reivindicada pelas empresas é a possibilidade da quitação das parcelas do imposto com créditos acumulados ou com precatórios do Estado do Paraná, vencidos até 31 de dezembro de 2005.

Em ambas as situações o contribuinte devedor também é credor do Estado de quantias que o ente público deve legalmente honrar, especialmente em cumprimento ao que determina a Constituição Federal/88, permitindo que o Estado resolva parte de sua dívida sem retirar recursos do Tesouro Estadual. O Estado do Paraná desde 1992 vem concedendo estímulos ao investimento produtivo via postergação do ICMS.

Essa prática não implica desembolso de recursos do tesouro estadual para o financiamento de programas de fomento à industrialização e outras atividades de interesse do Estado, pois o valor do benefício alcança apenas a parte do ICMS que o novo empreendimento venha a gerar no Estado.

Com esse tipo de programa de apoio as empresas investem e são beneficiadas sem nenhum ônus para o Tesouro do Estado, inclusive porque o imposto será recolhido monetariamente atualizado.

No caso dos programas Bom Emprego, Paraná Mais Empregos, e de Desenvolvimento Tecnológico e Social do Paraná - Prodepar, há um período de carência de 48 (quarenta e oito) meses a partir do qual as empresas pagam o imposto gerado nos meses de carência, mês a mês, por mais 48 (quarenta e oito) meses.

Sem embargo de esse favor consistir em financiamento de capital de giro para as empresas que estão iniciando ou ampliando suas atividades no Estado do Paraná, concedido no período de fruição do Programa, não raras vezes as empresas enfrentam dificuldades para honrar o pagamento das parcelas do Programa, pois nos 48 (quarenta e oito) meses seguintes ao período de fruição os beneficiários passam a desembolsar o pagamento do ICMS postergado pelo Programa, devidamente corrigido,

juntamente com o imposto gerado em decorrência do funcionamento normal da empresa.

Pagar duas guias de ICMS todos mês gera desequilíbrio financeiro nas empresas, ainda mais considerando que, em média, o ICMS representa 6% (seis por cento) do faturamento bruto. Duas guias no mesmo mês elevam esse percentual para cerca de 12% (doze por cento) da receita das empresas.

Sob essa ótica os programas de fomento ao desenvolvimento econômico e social do Estado dão condições de crescimento às empresas nos primeiros 48 (quarenta e oito) meses e as sufocam nos seguintes 48 (quarenta e oito) meses. Evidente, se o Estado tivesse previsto o pagamento em parcelas bimestrais, o impacto de caixa seria facilmente administrado.

Não há lógica e foge do espírito do incentivo fiscal concedido em estimular a criação de empresas para logo em seguida inviabilizá-las.

A agravante deste processo é que se o sujeito passivo inadimplir com programa de desenvolvimento há pena excessiva, pois a legislação prevê que a inadimplência faz desaparecer o benefício concedido.

Em razão desse fato o imposto e a multa passam a ser devidos desde 48 (quarenta e oito) meses antes, incidindo correção monetária vencida sobre a multa e juros pela taxa Selic, sobre o valor da multa e do imposto desde lá de trás.

Nesse caso a empresa que está tendo dificuldades financeiras para quitar o seu imposto mensal e mais a parcela do Programa estará inviabilizada.

No sentido de permitir a continuidade das atividades dessas empresas e para que não se frustre a expectativa da sociedade paranaense em ver consolidado o seu desenvolvimento econômico e social, este projeto de lei merece aprovação desta Casa, pois vem oferecer mecanismo de apoio às empresas enquadradas nos programas de incentivo que lhes permita sobreviver a esse período de cumulação de pagamentos.

Não se trata de mecanismo de dispensa de valores devidos ao Estado, não se trata de concessão de remissão nem de anistia, e sim de criar um mecanismo ágil, para os casos em que a empresa tenha dificuldade de quitar o imposto postergado e não se torne inadimplente para com o Tesouro Estadual. Tal mecanismo consiste em permitir que o valor da parcela do Programa que a empresa tenha dificuldade de quitar possa ser recolhido parceladamente, sem o efeito retroativo.

Trata-se de mecanismo de apoio adicional ao fortalecimento da economia do Estado, da mesma forma que os Programas, sem qualquer dispensa de valores de imposto devido ao Estado.

O que o projeto de lei pretende, além da possibilidade da ampliação do prazo de pagamento para as empresas que se encontrem em dificuldade para quitar o seu ICMS, é evitar a onerosidade excessiva das parcelas do Programa.

A proposta define também condições para a fruição do benefício, tais como aqueles que vedam a sua aplicação para empresas que tenham dívida ativa não garantida, que não estejam em dia com o pagamento das parcelas do programa, bem como para aquelas que tenham sido enquadradas, em qualquer um dos programas de estímulo, com prazo de pagamento superior a 48 (quarenta e oito) meses, preservando assim os interesses da Fazenda Pública e da sociedade paranaense.

Enfim, sem perdas ou custos adicionais, estará o Estado do Paraná afastando mais um obstáculo da economia e viabilizando a continuidade e o crescimento das empresas que buscam a evolução tecnológica e investem no território paranaense, propiciando a manutenção e até mesmo o aumento da geração de empregos.

PROJETO DE LEI Nº 029/2006

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a criar o cargo de Técnico de Imobilizações Ortopédicas no quadro de pessoal da Secretaria Estadual de Saúde do Paraná.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta dias), a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Os profissionais em imobilizações ortopédicas estão em atividade no mercado de trabalho brasileiro há mais de cinquenta anos, executando serviços em hospitais, pronto-socorros e clínicas especializadas em ortopedia e traumatologia, sempre sob a orientação e supervisão direta de médicos ortopedistas.

Todavia, não existe a figura do técnico em imobilizações ortopédicas no plano e política de cargos e salários, o que impede a contratação destes profissionais mediante a realização de concursos públicos para provimento do referido cargo.

Diante deste quadro, o que vem ocorrendo atualmente, é que a maioria dos hospitais da rede pública Municipal e Estadual inclusive em alguns postos de saúde, as imobilizações ortopédicas estão sendo realizadas por profissionais de enfermagem, fato este que contraria flagrantemente seu código de ética. Conforme Resolução 279/2003 do Cofen em que diz: *É defeso ao profissional de Enfermagem a realização de confecção, colocação e retirada de aparelho de gesso e calha ges-*

sada. Proibições estas aprovadas por meio do parecer exarado pelo Conselho Federal de Enfermagem e confirmadas pelos Conselhos Regionais de Enfermagem em todo o país.

No entanto, por falta de previsão legal criando o cargo de técnico de imobilizações ortopédicas, os profissionais de enfermagem acabam sendo obrigados a assumir uma função que contraria o Código de Ética de sua categoria, para a qual não se encontram preparados, correndo o risco de sofrerem punições por parte dos seus órgãos fiscalizadores, ou até mesmo causarem complicações sérias e por vezes fatais aos pacientes de Ortopedia e Traumatologia que dependem de tais assistências, pois um membro imobilizado incorretamente por profissionais sem a devida qualificação ou habilitação pode ocasionar em putrefação do mesmo, com conseqüente amputação, gerando muitas vezes em infecção generalizada ocasionando até mesmo no óbito, como já aconteceu com uma criança de apenas dez anos na região de Suzano-SP, e em muitas outras regiões sem que se tenha conhecimento.

Por estas razões estamos submetendo aos nobres Parlamentares desta Casa, a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 030/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído que após as 22 horas, em dias úteis, finais de semana ou feriados, os motoristas de ônibus urbanos ficam obrigados a parar a marcha do veículo em qualquer local que faça parte do percurso da linha, ainda que fora dos locais previamente determinado com pontos de ônibus.

§ 1º O motorista é obrigado a parar o ônibus nos locais de que trata o *caput* apenas para desembarque de passageiros, vedado o embarque.

§ 2º O passageiro que desejar a parada antecipada deverá, pelo meio de que dispuser o próprio veículo, alertar o motorista com razoável antecedência.

Art. 2º O motorista, antes de parar o ônibus no local solicitado, deve se certificar que referida parada não prejudicará o tráfego de veículos nem ofenderá as regras comuns de trânsito.

Art. 3º Todos os veículos mencionados no artigo 1º serão providos de adesivo interno em que deverá ser comunicado ao passageiro a prerrogativa instituída por esta lei, com a seguinte frase: “Após às 22 horas o desembarque de passageiro é permitido em qualquer local do trajeto, desde que o motorista seja previamente alertado.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência, (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa e prerrogativa de, por seus deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como casa única do legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”¹

O presente projeto visa instituir obrigação aos motoristas de ônibus urbanos de, após às 22 horas, parar em qualquer local que faça parte de seu percurso para o desembarque de passageiros, permanecendo a obrigação de parar também nos pontos de ônibus.

É do conhecimento de todos que a partir das 22h00 a cidade se torna mais perigosa, principalmente para aqueles que andam a pé.

Com esta alternativa, os passageiros terão a possibilidade de desembarcarem dos ônibus em locais mais próximos de suas residências ou de seu destino. Conseqüentemente, ficarão menos expostos ao perigo das ruas e seus eventos trágicos.

A segurança é uma garantia de todos, prevista em nossa Constituição Federal. Assim prevê o artigo 6º da Constituição federal, *in verbis*:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Com a possibilidade de desembarcarem dos ônibus em locais mais próximos de seus destinos, os passageiros estarão menos expostos à violência urbana, restando atendido, de modo ainda mais efetivo, seu direito à segurança.

1.STF. Pleno. ADIn 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57

PROJETO DE LEI Nº 031/2006
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurado o fornecimento de energia elétrica com tarifa reduzida, equivalente à aplicada para a classe rural e suas subclasses, aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, de aventura e ecoturismo, classificados como hotéis-fazenda, sítios e pousadas, no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. As unidades consumidoras atingidas por esta lei deverão requerer e comprovar sua atividade na área de turismo rural, de aventura e ecoturismo junto a Companhia Paranaense de Energia - Copel, demonstrando o respectivo cadastramento no Ministério do Turismo e na Secretaria de Estado do Turismo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A proposta ora apresentada tem por escopo dispensar aos estabelecimentos que exploram suas atividades na área de turismo rural, de aventura e ecoturismo através de hotéis-fazenda, sítios ou pousadas, o mesmo tratamento que é dispensado às propriedades rurais, ou seja, uma tarifa de energia elétrica reduzida, igual àquela aplicada a classe rural e suas subclasses.

Como se sabe, o turismo, de uma forma geral, é a indústria civil que mais tem atraído as pessoas no mundo. O turismo rural no Brasil baseia-se em quatro conceitos: I - Incremento de Receita; II - Geração de Empregos; III - Preservação do Meio Ambiente; e IV - Preservação do Patrimônio Rural. No Brasil, cada vez mais pessoas residentes nos grandes centros vêm-se em situação de extremo desconforto, seja pela falta de espaço, poluição ou excesso de trabalho.

Sobre o turismo de aventura o Ministério do Turismo adota a seguinte definição: “são as atividades turísticas decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter não competitivo”. Atividades de turismo de aventura são aquelas oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades esportivas de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos. Saliente-se que as atividades de turismo de aventura podem ser conduzidas em ambientes naturais, rurais ou urbanos. As modalidades mais oferecidas são: a caminhada, montanhismo, escalada, arvorismo, técnica verticais (rapel, tirolesa, parque de cordas), rafting, canoagem, cavalgada, dentre outras.

Já atividade do ecoturismo deve abranger, em sua conceituação, a dimensão do conhecimento da natureza, a experiência educacional interpretativa, a valorização

das culturas tradicionais locais e a promoção do desenvolvimento sustentável. Para tanto, ecoturismo é “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”.

O stress resultantes do dia a dia impulsiona esses cidadãos a procurarem locais mais tranquilos, para passarem os finais de semana ou suas férias. Para tanto, temos os sítios, hotéis-fazendas e pousadas que proporcionam um produto turístico que atende esta demanda, propiciando uma nova opção aos tradicionais passeios à praia e, principalmente, possibilitando ao proprietário rural um aumento de sua renda.

Nestes locais, os turistas poderão aproveitar a gastronomia típica da região, ter conhecimento das atividades produtivas que caracterizem a propriedade, as belezas naturais do local, opções de atividades para os hóspedes acompanharem a rotina da propriedade, contato com a tradição local e a cultura, possibilidade de aquisição de produtos típicos etc.

Por tudo que foi exposto, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares com assento neste Parlamento.

PROJETO DE LEI Nº 032/2006
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reconhecido o Instituto Mauro Goulart sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, situado à Rua Coronel Joaquim Sarmento, 177, inscrito no CNPJ nº 05.541.554/0001-10, a qualidade de entidade de Utilidade Pública Estadual.

Art. 2º O Instituto Mauro Goulart, nessa qualidade, poderá gozar de todos os benefícios administrativos e tributários decorrentes dessa qualidade, previstos na legislação estadual.

Art. 3º O Instituto Mauro Goulart, conservará a qualidade que lhe reconhece esta lei se e enquanto mantiver a prestação gratuita de serviços de atendimento e promoção social aos jovens, que será periodicamente atestado pelo Estado por meio do Provopar.

Parágrafo único. Incumbe ao Provopar determinar os critérios e períodos através dos quais procederá à certificação dos serviços de utilidade pública prestados pelo Instituto Mauro Goulart.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Embora a consabida distinção entre os institutos da isenção e da imunidade tributária, ambos constituem limitações ao poder de tributar, estando assim condicionados à verificação dos requisitos estabelecidos no artigo 14 do Código Tributário Nacional, que, na sua parte geral, embora lei ordinária, cumpre função de lei complementar, conforme iterativos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (STJ, Rec. Esp. 93.255, Rel. Min. Ari Pargendler, j. em 02/06/97, DJU 23/06/97).

É o que assevera Misabel Derzi¹:

A Constituição de 1988, no mesmo caminho traçado pelo texto anterior, dispõe sobre a imunidade das atividades, uma vez “atendidos os requisitos da lei”. A norma não tem, portanto, eficácia plena e incontrastável, como a (imunidade) recíproca, mas os seus efeitos dependem do preenchimento dos requisitos previstos em lei complementar.

À luz da Constituição de 1988, não resta dúvida de que somente lei complementar da União pode cumprir os ditames do artigo 150, VI, c, por força do que estabelece o artigo 146, II.

Não se deve sustentar mais a tese de que lei ordinária possa cumprir o papel de regular as imunidades, porque:

- a constituição em vigor é expressa ao exigir a edição de lei complementar no seu artigo 146, supra citado;

- a imunidade não pode ser regulada por lei ordinária de pessoa estatal competente para tributar, uma vez que os interesses arrecadatários de tais entes levariam à frustração da própria imunidade.

Hoje, o artigo 14 do Código Tributário Nacional, unanimemente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência como lei complementar no sentido “material” supre tal função, dispondo sobre os “requisitos” exigidos pela Constituição.

Para concluir mais adiante:

Não cabe ao intérprete - e essa tem sido a posição jurisprudencial uniforme - ou ao legislador ordinário criar outros requisitos não-previstos em lei complementar, tais como a declaração legal de utilidade pública, a exigência de fundação como único veículo formal ao desenvolvimento das atividades educacionais e assistenciais etc.

Hugo de Brito Machado² compartilha do mesmo entendimento sobre o assunto:

“A imunidade das instituições de educação e de assistência social, todavia, é condicionada. Só existe para aquelas instituições sem fins lucrativos, conceito que também tem sido muito mal compreendido. A lei não

pode acrescentar requisitos a serem atendidos. Basta que não tenham fins lucrativos. É razoável, todavia, entender-se que não ter finalidade lucrativa pode traduzir-se no atendimento dos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional.

Neste mesmo diapasão, Roque Carazza³:

Entendemos que a referida lei só pode ser complementar (nunca ordinária), justamente porque vai regular uma imunidade tributária, que é uma “limitação constitucional ao poder de tributar”. Ora, as limitações constitucionais ao poder de tributar, nos termos do artigo 146, II, da Constituição Federal, só podem ser reguladas por meio de lei complementar. (...) Muito bem: estamos plenamente convencidos de que faz as vezes de tal lei complementar o artigo 14 do Código Tributário Nacional. (...) Em suma, o artigo 14, I a III, do Código Tributário Nacional dá plena eficácia e total aplicabilidade ao artigo 150, VI, c, da Constituição Federal.

Na mesma esteira, Ives Gandra Martins⁴ consigna:

... a lei a que fez menção o constituinte é a lei complementar, como já a doutrina e a jurisprudência tinham perfilado no passado, representando o Código Tributário Nacional tal impositor de requisitos. É que, se ao legislador ordinário fosse outorgado o direito de estabelecer condições à imunidade constitucional, poderia inviabilizá-la “pro domo suo”. Por esta razão, a lei complementar, que é a lei nacional e da Federação, é a única capaz de impor limitações, de resto, já plasmadas no artigo 14 do Código Tributário Nacional.

Também Sacha Calmon Navarro Coelho⁵:

... se a lei ordinária, federal, estadual ou municipal pudesse regular limitação ao poder de tributar da União, dos Estados e dos Municípios, assistiríamos ao despautério dos entes vedados regularem as limitações postas contra eles. Seria como permitir ao condenado o poder de dosimetrar a própria pena...

Esta Suprema Corte, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.028-DF, reconheceu que eventual regulamentação das hipóteses imunizantes previstas na Constituição dependem de Lei Complementar, por força da exegese do artigo 146 da mesma Carta. Embora extensa, permite-se transcrever parte da fundamentação esboçada pelo Ministro Marco Aurélio, referendada pelo Plenário:

A toda evidência, adentrou-se o campo da limitação ao poder de tributar e procedeu-se - ao menos é a conclusão neste primeiro exame - sem obseância da norma cogente do inciso II do artigo 146 da Constituição

3.in parecer formulado a pedido de Parana Previdência, pág. 14, cópia em anexo.

4.Comentários à Constituição do Brasil, 6º vol., tomo I, São Paulo, Saraiva, 1990, p. 185

5.Imunidades Tributárias, in Imunidades Tributárias, Pesquisas Tributárias nº 4, coordenador Ives Gandra da Silva Martins, co-edição Centro de Extensão Universitária, São Paulo, RT, 1998, pág. 228.

1.Na atualização do livro Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar de Aliomar Balleiro, 7ª Edição, Editora Forense.

2Curso de Direito Tributário, 12ª Ed. 197/198

Federal. Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

A cláusula que remete à disciplina legal - e, aí, tem-se a conjugação com o disposto no inciso II, do artigo 146 da Carta da República, pouco importa que nela própria não se haja consignado a especificidade do ato normativo - não é idônea a solapar o comando constitucional, sob pena de caminhar-se no sentido de reconhecer a possibilidade de o legislador comum vir a mitigá-lo, a temperá-lo. As exigências estabelecidas em lei não podem implicar verdadeiro conflito com o sentido, revelando pelos costumes, da expressão “entidades beneficentes de assistência social”.

Esta também é orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça:

RESP. nº 27.261-4/MG

Relator: Ministro Garcia Vieira

In Revista do Superior Tribunal de Justiça nº 48

Ementa:

“Vedação ao Poder de Tributar - Instituição Social - Cumprimento - Requisitos Legais. A imunidade é instituída pela Constituição Federal e tem aplicabilidade imediata, independentemente de regulamentação. A questão se resume em saber se a instituição satisfaz os requisitos do artigo 14 do CTN.”

Na mesma direção segue a corrente jurisprudencial dos tribunais regionais em todo o Brasil:

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Segunda Turma

Apelação em Mandado de Segurança nº 24444

Relator: Juiz Castro Aguiar

Data da decisão: 23/05/2001

Ementa:

“Mandado de Segurança - Imunidade Tributária - Rendimentos Auferidos em Aplicações em Fundos de Investimentos.

I - Para efeito do disposto no artigo 150, VI, “c”, da Constituição considera-se imune a instituição de educação que preste atividades sem fins lucrativos e que se preencha os requisitos da legislação complementar específica (CTN).

II - Apelação provida.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Sexta Turma

Recurso Ex-Ofício nº 97.03.025753-4

Relatora: Juíza Marli Ferreira

Publicação: DJ 17/03/1999, pág. 438.

Ementa:

“Tributário. Constitucional. Imunidade. Instituições Religiosas, de Educação e Assistência Social. Imposto de Importação e IPI. Artigo 9º, IV, alínea “c” e artigo 14 do CTN. Artigo 150, VI, alínea “c” da Constituição Federal - Falta de Prova.

1.. omissis...

2.. omissis..

3. A imunidade retira das pessoas políticas de direito interno competência impositiva tributária, em favor de pessoas ou atividades que tenham como finalidade assegurar as liberdades públicas do cidadão, ou atender às razões de existência do próprio estado.

4. Sociedade filosófica-religiosa não tem só por essa razão direito a invocar a imunidade tributária, sem que atenda os artigos 9, IV, alínea “c” e artigo 14 do CTN, assim como o artigo 150, VI, alínea “c” da Constituição Federal.

5. Sentença reformada integralmente.

6. Remessa oficial provida.”

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Segunda Turma

Apelação Cível nº 2000.04.01.027274-4/RS

Relator: Juiz Wilson Darós

Publicação: DJ nº 215-E, 08/11/2000

Ementa:

“A imunidade só pode ser concedida pela Constituição, sendo exigido, para o estabelecimento dos requisitos à sua concessão, lei complementar, como estatuído no artigo 146 da Carta Política, pois a ela cabe regular as limitações constitucionais ao poder de tributar (CF, artigo 146, II).

Desta forma, os requisitos estabelecidos para a fruição da imunidade não são aqueles dispostos no artigo 55 da Lei nº 8.212, de 1991, mas sim no Código Tributário Nacional, artigo 14, porquanto o mesmo possui força de lei complementar.”

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Segunda Turma

Apelação Cível nº 2001.70.08.001839-2/PR.

Relator: Juiz Dirceu de Almeida Soares

Publicação: DJ nº 68, 10/04/2002, pág. 512

Ementa:

“Tributário. Imunidade. Entidade de Caráter Assistencial e Filantrópico, artigo 195, parágrafo 7º da CF/88. Lei Complementar. Artigo 14 do CTN.

1. Embora a expressão isenção contida no parágrafo 7º do artigo 195 da CF/88, o Supremo Tribunal Federal (no julgamento da ADIN nº 2.028-5 de 14.07.1999), reconhece que a hipótese é de imunidade.

2. O artigo 195, parágrafo 7º, da CF/88 ao remeter à lei o estabelecimento das exigências legais para a concessão da imunidade, referiu-se à lei complementar, visto tratar-se de limitação ao poder de tributar (artigo 146, II, CF).

3. O Código Tributário Nacional, mesmo sendo lei ordinária em sua origem, foi recepcionado como lei complementar, sendo aplicável à espécie.

4. Afastada a aplicação dos artigos 1º, 4º, 5º e 7º da Lei nº 9.732/98, uma vez que restringem as hipóteses de imunidade estabelecidas pela Constituição.

5. Demonstrados os requisitos do artigo 14 do CTN, a entidade assistencial faz jus ao benefício da imunidade prevista no artigo 195, parágrafo 7º.”

Assim, não há dúvida que, além de ser questão de justiça, o reconhecimento dos benefícios fiscais outorgados ao Instituto Mauro Goulart através do projeto de lei em foco, seria decorrente até mesmo de sua condição de beneficiar-se da própria imunidade tributária, pois satisfaz os requisitos para reconhecimento, previstos *numerus clausus* no artigo 14 do Código Tributário Nacional a constar:

- Não distribuir lucros (14,I);
- aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (14, II);
- manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (14, III).

No caso, o Instituto Mauro Goulart em razão de sua própria natureza jurídica, cumpre estes três requisitos, pois:

a) não distribui lucros ou subsídios de quaisquer espécies, mas reverte o que arrecada apenas para manter-se;

b) por força de lei, todo seu orçamento é utilizado na manutenção dos objetivos institucionais, exclusivamente no território do Estado do Paraná;

c) nos termos da legislação federal e estadual que regem suas atividades, mantém rigoroso registro contábil de suas receitas e despesas.

Assim, a mesma condição de ente de Utilidade Pública Estadual, que tem sido reconhecida a vários entes que preenchem os mesmos requisitos, deve agora ser outorgada ao Instituto Mauro Goulart, que não só oferece atendimento completamente gratuito, atua na integração e colocação de jovens como estagiários e posteriormente, no mercado de trabalho, além de integrá-los na sociedade como cidadãos.

PROJETO DE LEI Nº 033/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido, com base na tarifa rural, o desconto de 40% (quarenta por cento) no preço da energia elétrica utilizada, no período compreendido entre 21h30 e 06h00, pelos avicultores e suinocultores.

Parágrafo Único. São considerados avicultores, para efeitos desta lei, criadores de aves que detenham a licença específica expedida pelo órgão estadual competente; são considerados suinocultores, para efeitos desta lei, criadores de suínos que detenham a licença expedida pelo órgão estadual competente.

Art. 2º O Poder Executivo deverá baixar normas suplementares para viabilização desta redução.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa incentivar os produtores de aves e suínos em todo o Estado do Paraná, reduzindo o preço da energia elétrica no período noturno quando utilizada na produção. Ademais, na avicultura, o fornecimento de luz é de suma importância para o crescimento ideal das aves, tendo que ser fornecida intensamente desde os primeiros dias de nascimento dos animais.

Outrossim, as novas exigências do mercado consumidor apresentam desafios extras para os produtores manterem os níveis de desempenho zootécnico dos animais sem encarecer por demais os custos produtivos. O uso de tecnologias recentes permitem aos seus clientes obter ganhos de rendimento produtivo dos animais. A redução que propomos irá auxiliar de maneira significativa a utilização dessas tecnologias.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 034/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Casa de Caridade São Vicente de Paula - Albergue Noturno, com sede e foro em Joaquim Távora - PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2006.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública a Casa de Caridade São Vicente de Paula - Albergue Noturno, com sede na cidade de Joaquim Távora/PR.

A presente entidade tem por objetivo proporcionar aos itinerantes e necessitados uma proteção provisória e excepcional, ressaltando os conceitos de moradia, organização, limpeza, disciplina e outros, primando pelo caráter residencial, contribuindo assim para a participação e inserção de toda a comunidade.

Ante o exposto, aguardo da parte de meus Pares, a aprovação da presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Ângelo Vanhoni.

Deputado Ângelo Vanhoni (PT)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, nossos ilustres visitantes.

Em primeiro lugar gostaria de desejar - não tive oportunidade de encontrar a todos antes desta data - então, desejo um bom ano de 2006 para todos aqui presentes.

O que me traz à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um fato que aconteceu há uns dez dias atrás, quando o Sr. Governador Roberto Requião foi recebido em audiência com o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Tomando conhecimento dos motivos que levaram o Governador a ter uma audiência com o Presidente da República e me aprofundando, conhecendo um pouco o problema de que foi tratado, fiquei convencido de que é o nosso dever abrir, de forma conseqüente, discussão levantada por alguns representantes do Poder Executivo na esfera da União.

O Paraná é um dos principais estados do nosso país. Tem hoje, segundo os dados do IBGE em 2005, perto de 108 bilhões, na produção do seu PIB. Somos perto de dez, onze milhões de habitantes, temos em um setor da economia, que é a agropecuária, o terceiro representante do país, sendo que na exportação de grãos pelo Porto de Paranaguá, o primeiro do nosso país.

Nesses anos todos, o Paraná, com o conseqüente trabalho dos seus governantes, tratou de, além de criar a infra-estrutura para o desenvolvimento do nosso Estado e da nossa economia, que pudesse gerar renda, gerar emprego para os paranaenses, contribuindo de forma decisiva para o avanço do nosso país. O Paraná procurou construir as estradas, fazer as ligações entre as cidades do nosso Estado. Procurou aprimorar todo parque industrial da Região Metropolitana da cidade de Curitiba. Investiu de forma decisiva, ao longo dos anos, no desenvolvimento regional. É assim que aconteceu o desenvolvimento na cidade de Londrina e região, na cidade de Maringá e região, nas cidades do Norte Pioneiro.

A ação do Governo se preocupa de forma conseqüente com o desenvolvimento das regiões Oeste e Sudoeste. As ações da Secretaria da Agricultura, da Secretaria dos Transportes, notadamente nessas regiões, procuraram, ao longo dos anos, criar as condições necessárias para que o agronegócio pudesse se desenvolver e trazer os benefícios que hoje todos os paranaenses, de alguma forma, colhem pelo desenvolvimento da infra-estrutura do nosso Estado.

Mas, não é só isso: o Paraná é um dos poucos estados da União que soube investir em infra-estrutura fundamental para o desenvolvimento da indústria. A Copel é hoje uma das maiores empresas de energia elétrica, não só do nosso país, mas da América Latina. É um dos agentes que foi o principal instrumento de desenvolvimento do Estado do Paraná, ao longo desses 74 anos, não tenham dúvida.

O Governador Roberto Requião levou ao Presidente Lula algo que é importante para nós do Paraná. O Banco do Estado do Paraná foi privatizado e a Assembleia do nosso Estado, naquela oportunidade, fez três

audiências públicas secretas com a administração do Banco.

Pasmem os senhores, hoje o Governo do Estado do Paraná está sendo punido pela Secretaria do Tesouro Nacional, porque a pretexto do entendimento dos técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional, o Paraná está inadimplente com o pagamento de uma multa imposta pelo contrato de privatização ao Governo do Estado do Paraná, pelo não cumprimento dos prazos de pagamento junto ao Banco Itaú, no que se refere aos precatórios que foram comprados pelo Banco do Estado do Paraná de Alagoas, Osasco, Guarulhos e Santa Catarina.

No entanto, o Governo do Estado não recolhe a parcela devida, não porque não deseja recolher ou porque lhe falte recursos para auferir esses pagamentos, mas porque essa é uma pendência que está nos tribunais, motivo de uma ação do Ministério Público Estadual. Sendo que uma das partes dessas ações já tem decisão terminativa, porque uma das garantias dadas pelo Governo Jaime Lerner para o pagamento dos precatórios desses estados comprados pelo Banco do Estado do Paraná, que à época somavam 450 milhões e hoje, um total de 848 milhões, uma das cláusulas é as ações da Empresa Paranaense de Energia Elétrica - Copel. A Justiça já decidiu que essas ações não podem ser colocadas e executadas no termo de garantias assinado entre o Governo do Estado e o Banco Itaú.

Sendo assim, o Estado do Paraná e os técnicos do Tesouro Nacional, que sequer questionam se tem alguma justiça no processo de privatização, ou não, do Banco do Estado, transformam o nosso Governo inadimplente, possibilitando que nenhum repasse do Governo Federal seja transferido ao Governo do Estado do Paraná.

Então, um exemplo claro, nós recentemente estamos discutindo, e ouvi agora no mês de janeiro os paranaenses discutirem os problemas no que diz respeito ao litoral do Paraná, o problema do saneamento básico no nosso litoral.

O Governo do Estado vem fazendo uma obra muito importante, que é a construção da captação do esgoto em Matinhos, em Guaratuba, em Pontal do Paraná e em Guaraqueçaba; no entanto precisa fazer a rede coletora.

O Governo do Estado, corretamente, através da Secretaria de Turismo, está com um projeto de financiamento junto à União, dinheiro barato, dinheiro do BIRD, dinheiro que pode ajudar o desenvolvimento e a saúde no Estado do Paraná. O Prodetur, qual é o valor? Oitenta e dois milhões de dólares, perto de 170 milhões de reais. Segundo as normas da Secretaria do Tesouro Nacional, se nada for feito, o Estado do Paraná não poderá obter os recursos para esse financiamento.

Ora, é uma situação que nós paranaenses não podemos aceitar. Não é uma questão técnica; o Paraná já pagou, da dívida existente e o processo de privatização do Banco do Estado do Paraná, quatro bilhões e quinhentos milhões de reais, sendo que ainda falta pagar, pelas con-

tas desse empréstimo que vai vencer no ano de 2030, mais 8 bilhões e 450 milhões de reais. Ora, o que é essa soma? Esta soma são 57 milhões todos os meses, até 2030 que os paranaenses vão retirar esse dinheiro dos impostos que poderiam estar sendo canalizados para melhorar as estradas, para a construção de hospitais, para melhoria da educação no Estado do Paraná, para aplicação desses recursos na infra-estrutura, no desenvolvimento urbano das cidades, num total de setecentos milhões por ano, e o Estado do Paraná e o Governo não atrasa um único mês o pagamento dessas parcelas, do ativo principal desta dívida com o Governo Federal.

Ora, tomei conhecimento de uma notícia, Deputado Neivo, e o senhor foi Presidente da CPI, dada pelo Secretário Reinhold Stephanes, que de 1995 a 2000, no prazo do Governo Jaime Lerner, porque ele assumiu em janeiro de 95, metade das operações financeiras do Banco do Estado do Paraná, mais de 50% foram consideradas pelo Banco Central operações irregulares, operações comprometidas do ponto de vista das suas garantias e operações que de alguma forma lesaram profundamente o Governo e o Banco do Estado do Paraná. Se o Paraná paga um empréstimo de privatização regularmente, cerca de 57 milhões por mês ao Governo Federal, que dá um total de setecentos e oitenta milhões aproximado durante um ano, não é possível que a Secretaria Nacional do Tesouro, por uma formalidade técnica, fruto da mente de um burocrata do Ministério da Fazenda, imponha a um Estado como o nosso, aos dez milhões de paranaenses, ao povo ordeiro e trabalhador, aos trabalhadores do nosso Estado, àqueles que querem o desenvolvimento do nosso Estado, imponha uma norma e uma punição como vem fazendo a Secretaria do Tesouro Nacional.

Há uma outra questão que precisa ser levantada: antes de terminar este contrato, o Governo do Paraná fez, antes do ano 2000, um contrato com o Governo de Alagoas, pegou os títulos de Alagoas e transformou-os num contrato entre eles em títulos federais. Então, o Paraná recebeu alguns títulos e Alagoas ficou com outros títulos federais. Numa operação orientada, definida e organizada, com a supervisão do Banco Central e da Secretaria Nacional do Tesouro.

Pois bem, o contrato foi firmado entre Alagoas e o Estado do Paraná. Um dia antes tinha sido assinada e promulgada a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os mesmos técnicos que orientaram o Governo do Estado do Paraná, do ex-Governo Jaime Lerner e o Banco Central a proceder essa negociação com Alagoas, são os técnicos que estão aqui agora, e por causa dessa diferença de um dia, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, estão punindo o Governo do Estado, impondo sanções punitivas ao nosso Estado, proibindo o Estado do Paraná de obter um único centavo de financiamento interno e externo. E mais ainda, a União não pode transferir para o Paraná, a título de convênio, a título de transferência voluntária, nenhum centavo para o nosso Estado.

O Governador Roberto Requião, conhecendo esses problemas todos, fez uma reivindicação ao Presidente da República que, prontamente resolveu atender aos pleitos do Governo do Estado do Paraná. Chamou o Ministro Paulo Bernardo, que é Ministro do Orçamento, e com certeza está empreendendo esforços para solução desses problemas.

Venho à tribuna hoje para chamar a atenção dos Srs. Deputados sobre esse problema. Não podemos permitir que esta demanda técnica, fruto da burocracia da administração pública federal possa, de alguma forma, prejudicar os paranaenses. Chamo a atenção para que cada um de nós acompanhe, dedique-se a essa questão que é importante para o nosso Estado e para o desenvolvimento da nossa gente.

E para contribuir mais sobre esse assunto trago a esta Casa um requerimento pedindo a convocação do Secretário do Orçamento, ex-Deputado Federal Reinhold Stephanes, e também a presença do Secretário da Fazenda Heron Arzua, para que tragam a esta Casa todas as manifestações relativas a esses dois episódios que estão agredindo a consciência cívica de todos os paranaenses.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, ouvi atentamente o pronunciamento de Deputado Vanhoni, verdadeiramente procedente. No entanto, Paraná deveria acionar o Banco Central por omissão, porque quando o Banestado tinha um passivo de 2,6 bilhões de reais, ele deveria ter decretado a intervenção. Se alguém é culpado nessa história também é o Governo Federal, por consequente o Banco Central.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito, Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos com a pauta enxuta. Temos aí as comissões dando pareceres. Mas não há como negar que a questão do Tribunal de Contas marca os bastidores, e também a pauta da própria imprensa.

Tenho ouvido manifestações individuais e correu uma informação, que me parece que não é a mais adequada, de que aqui nesta Assembléia já estaria tudo acertado, que aqui o nome do Vice-Governador seria apenas submetido a um referendo.

É importante refletirmos sobre isso porque desse movimento que fizemos aqui vai derivar se esta Casa tem ou não autonomia, tem ou não independência de poderes, já que esta vaga, lamentavelmente aberta pelo falecimento do Conselheiro Quielse Crisóstomo, vaga destinada para a Assembléia Legislativa escolher dentre

um dos seus membros, ou da sociedade, aquele que melhor possa representar e desempenhar o papel desse que é o órgão auxiliar da Assembléia Legislativa. É verdade que por vezes se manifesta como órgão autônomo; é verdade que por vezes, aparentemente, tem um poder superior ao Executivo, ao Legislativo e ao próprio Judiciário, mas também é verdade que o Tribunal de Contas desempenha papel mediador.

Difícil seria que nós, de forma a não debater o assunto, permitíssemos que esse burburinho se transformasse em realidade. Seria não só o reconhecimento de que nesta Casa não há, entre os 54 Deputados, nenhum membro em condições de realizar essa tarefa, tarefa do nosso órgão auxiliar. Portanto, o debate que deveríamos fazer, em primeiro lugar, seria sobre qual é a tarefa a ser desempenhada; qual é a importância; qual é o perfil e, fundamentalmente, se há entre os Deputados Estaduais desta legislatura algum integrante que se sinta apto a realizá-la.

Já há, do ponto de vista da manifestação pessoal e individual de alguns companheiros, a disponibilidade de realizar essa função: ouvi que os Deputados Durval Amaral, Reni Pereira, Bradock, José Maria, Marcos Isfer e também o nosso companheiro Ângelo Vanhoni teriam essa disponibilidade. Portanto, nós temos companheiros com disponibilidade de executar essa tarefa. Todos eles, no meu entendimento, em condições técnicas. Naturalmente que as questões partidárias têm que ser superadas e discutidas. Pessoalmente, tem o meu apreço e o meu apoio o Deputado Ângelo Vanhoni, mas é claro que compete a todos nós demonstrar maturidade, como já demonstramos ao escolher o Presidente da Casa; como já demonstramos ao escolher os presidentes das Comissões e as substituições necessárias.

Tenho certeza que esta Casa não estará de joelhos ao Poder Executivo; estará, sim, de forma alternativa, ativa, com independência, elegendo um Deputado com perfil adequado para exercer essa função importante.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O Presidente Hermas Brandão nos comunicou que amanhã, a partir das 14 horas, estaremos reunindo a comissão especial que vai analisar a PEC 40, que é a PEC que propõe o fim do nepotismo nos três Poderes do Estado do Paraná, obviamente excluindo o Judiciário por já estar, de pronto, atendendo aquilo que foi determinado em nível nacional.

Acho que é um primeiro passo, Sr. Presidente, para que nós possamos definitivamente separar o que é público do que é privado. E entendemos que a prática do

nepotismo não é obviamente o principal dos problemas do Estado, mas o combate a ela é, sem dúvida nenhuma, tanto no âmbito do Executivo, do Legislativo, do Tribunal de Contas e Ministério Público.

Uma vez, como falei, o Conselho Nacional de Justiça já apontou e já está sendo cumprido no Judiciário, é sem dúvida nenhuma um passo importante para que nós possamos, na seqüência, fazer um debate em todo o Estado do Paraná, no Brasil todo, nos municípios, sobre o comportamento que têm os Estados, a União e os Municípios quando da contratação dos cargos em comissão.

Temos mais de trinta mil cargos hoje, comissionados, e sabemos que muitos desses cargos acabam sendo exclusivamente cargos de confiança, não do Estado, mas de quem está no poder naquele momento.

Então, quero cumprimentar o Presidente e os Deputados que vão compor essa comissão e espero que a partir de amanhã possamos dar um passo importante para podermos, ainda nesse primeiro semestre, votarmos o projeto de emenda constitucional que definitivamente cumpre com aquilo que me parece ser o papel da República. Fato que já aconteceu no Rio Grande do Sul e que nós poderemos, aqui no Paraná também, termos um fato semelhante com a moralização, a impessoalidade, a transparência no Estado.

Estou sendo bastante breve, Sr. Presidente, e gostaria de usar o Horário da Liderança, mas já foi usado pelo meu companheiro Ângelo Vanhoni. Vou fazê-lo amanhã.

Apenas, Deputado André Vargas, queria deixar registrada a minha surpresa, e sem dúvida nenhuma, o constrangimento com uma matéria, e vou voltar ao tema amanhã, uma matéria que sai do Semanário do Norte Pioneiro, uma entrevista do Deputado Dobrandino, Líder do Governo nesta Casa, que por diversas vezes pediu o apoio da Bancada do PT e obteve, e que a chamada é: *“Dobrandino destaca Requião e critica governo corrupto do PT.”*

Gostaria que o Deputado Dobrandino confirmasse o que está na matéria, porque num determinado ponto, Deputado Dobrandino diz, quando perguntado em relação ao Governo Federal, Deputado José Maria, o senhor que também é do PMDB e certamente não faz uso desse tipo de afirmação. Resposta do Deputado Dobrandino: *“Imagino que o povo brasileiro está perplexo. Eu votei no Lula no segundo turno não porque é barbudinho, bonitinho, mas por causa das promessas de um governo sério, que desse um “chega para lá” nos banqueiros internacionais. Mas, foi uma decepção. Eles montaram um projeto de poder para colocar uma quadrilha roubando o Brasil.”*

Gostaria, Deputado Dobrandino, que nós tivéssemos o nome, o sobrenome e o endereço dessa quadrilha. Porque se for para discutirmos quadrilha, nós temos muita coisa para conversar.

Acho que se tem pessoas no Partido dos Trabalhadores, no governo, que cometeram erros, estão sendo punidas. Coisa que não vejo, por exemplo, na Fundação Copel. Coisa que não vejo em outros locais que têm sido

denunciados aqui dentro. E acho que não deveríamos entrar por esse viés.

O senhor é Líder do Governo, tem o nosso respeito, mas, não posso admitir que, de forma genérica, usando o mesmo argumento que o Presidente Fernando Henrique Cardoso do PFL e PSDB, que por oito anos governou o nosso país, venha não apenas atingir o Governo Federal, mas venha a atingir todos aqueles que cerram fileiras no Partido dos Trabalhadores. Nós somos um Partido que tem história, que tem erros e que tem acertos. Mas, em nenhum momento, Deputado André Vargas, com todos os problemas que tivemos aqui dentro, em nenhum momento vi alguém do Partido dos Trabalhadores vir dizer que o Governo do Estado do Paraná tinha montado esta ou aquela quadrilha para roubar o Estado, porque não é verdade. Esse tipo de afirmação não contribui, para que possamos ter um relacionamento no nível que esperamos, no Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PMDB)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos sendo cobrados enquanto representantes da população e agentes públicos, com mandatos temporários, nas nossas bases, a respeito da questão da segurança pública.

A minha cidade de Londrina parou no sábado com um protesto denominado “Chega de Luto”, contra a violência que vem grassando assustadoramente em nossa cidade. A cobrança da sociedade em um ano eleitoral é muito mais veemente e muito mais incisiva, para nós que temos mandato. Mesmo sendo um Deputado de Oposição ou um Deputado com posições independentes nesta Casa, todos somos responsáveis pelo desgoverno do Estado do Paraná, no que tange à segurança pública.

Aqueles que hoje estão no poder gostam de jogar a culpa no governo passado.

Nós, que estamos nesta Casa há apenas três anos, também somos responsáveis por ação ou por omissão. Por ação, aqueles que estão no governo. Dentro das nossas possibilidades regimentais estamos fazendo nossa parte. Porém, omissão não é a palavra que consta no dicionário deste Deputado. As cartas, os pronunciamentos e até a insatisfação que está demonstrada na opinião da maioria da nossa população, são de descontentamento e de desaprovação no que tange à segurança pública.

Londrina não teve, jamais, no governo passado, uma cobrança tão veemente e uma reprovação tão grande, no que se refere à questão da segurança pública. É por isso que estamos nesta Casa trazendo a nossa posição contrária, à má administração dos índices de violência, por parte da Secretaria da Segurança Pública. Jovens que

estão sendo mortos de forma assustadora, assassinatos, assaltos relâmpagos, crueldades que estão sendo cometidas com a nossa população.

O governo precisa dar uma resposta imediata. Não adianta ter esta síndrome de perseguição, quando se fala na questão da segurança pública. O Secretário Luiz Fernando Delazari precisa de uma ação efetiva, que combata eficazmente a violência que infelizmente impera na nossa cidade, como nunca se viu. Pessoas de boa índole, sem passagem policial, estão sendo vítimas dos bandidos que “deitam e rolam”.

Claro que há a questão da concentração de renda, dos baixos salários, social, da falta de estrutura, até da falta de Deus no coração das pessoas. É um fenômeno mundial, com certeza, a questão da violência. Mas efetivo, armamento e inteligência para se combater a criminalidade, são ações prementes que merecem ser feitas, por parte daqueles que estão no comando da Secretaria da Segurança Pública.

É a nossa cobrança na tarde de hoje. Não podemos levar esta culpa sozinhos. Todos somos responsáveis, temos o quinhão e a nossa parcela de culpa. Mas, principalmente aqueles que estão no poder, que detêm mandato e aqueles que têm a caneta na mão, principalmente na área da segurança pública é que devem ser responsabilizados, os verdadeiros culpados, diante desta situação terrível, insuportável na nossa cidade.

Era o pronunciamento que tínhamos na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. Deputados e Sras. Deputadas.

Vejam bem a importância da imprensa! O jornal Semanário, do Norte Pioneiro, traz aqui essa matéria, colocando um Deputado do PMDB que denuncia o Partido dos Trabalhadores e começa-se, então, a acirrar um pequeno entrevero em relação a uma declaração que o jornal publicou. Esse jornal, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não sabemos por quem ele é mantido e nem a quem interessa...

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Questão de Ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Permita-me, Deputado Scarpellini, mas não posso assistir ao seu pronunciamento sem ter a mesma audição que têm os outros Deputados, assim como, na abertura do período legislativo, uma menina de onze anos que cantou canto lírico foi prejudicada por causa da mesa de som.

Será que esta Casa tem dificuldade em pedir que os técnicos do som façam um curso para que não se tenha desigualdade, para que o som seja igual para todos?

Essa é a grande questão que encaminho ao 1º Secretário e à Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito aos profissionais que providenciem as melhoras para que fique mais alto o som no Plenário.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Então, vamos ao que interessa.

Esse jornal também, Sr. Presidente, denunciou há meses o Deputado e 1º Secretário desta Casa, que teve um funcionário “envolvido” com algum problema de drogas. Deputado Nereu Moura, fui testemunha do telefonema que o jornalista desse jornal, um picareta, fez, colocando sob suspeita o Gabinete da 1ª Secretaria. E nós entramos aqui na Assembléia com um pedido de *persona non grata* ao jornal e ao seu Diretor e esta Assembléia aprovou por unanimidade.

Agora, precisamos identificar exatamente quem é que está custeando essas calúnias, essas difamações que foram e - acredito - serão feitas por esse órgão de imprensa do Norte Pioneiro, que é o Semanário do Norte Pioneiro, que recebi na semana passada a visita do seu Diretor em meu gabinete. Dissera-me ele, naquele dia, que estava lá para procurar evitar algumas injustiças e que, como eu era uma pessoa a quem ele respeitava e admirava, queria manter um diálogo comigo. Foi quando, no minuto seguinte que ele adentrou em meu gabinete, tenho a informação da Polícia Rodoviária Estadual, sediada na Estrada da Graciosa, que esse mesmo elemento teria estado lá procurando a minha propriedade, na Graciosa, para fotografar. Eis que o policial disse: “mas, se o senhor veio fotografar a propriedade do Deputado Scarpellini, o senhor deveria saber onde ela se localiza!” “Não, mas nós vamos fazer uma reportagem dessa propriedade”. O policial, desconfiado de tal situação, pediu a ele que confirmasse ser ele do jornal. E ele então deixou um jornal desses lá, dizendo que era jornalista, mostrou as máquinas fotográficas e foi até a minha propriedade que está a um quilômetro e meio dali. E lá fotografou, não sei o quê. Mas, ele estava na minha frente quando o policial comunicou ao meu filho e o meu filho me comunicou dessa situação. Então, eu disse a ele:

- O que é que o senhor foi fotografar, lá na Graciosa, na minha propriedade?

- Ué, mas o senhor já está sabendo?

- Perfeitamente.

- Não, mas isso é uma situação em que querem envolver o senhor, e eu quero fazer um acerto para não ter...

- Que acerto é esse? (Para não me divulgar).

Deputado Neivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma picaretagem das mais vãs, baratas e sujas que se pode ter notícia, afeita por esse elemento que vai tentar

fazer, certamente, algumas extorsões por aí afora, esse semanário de Santo Antônio da Platina. Nós vamos à polícia para registrar uma queixa de invasão de propriedade. Vamos à polícia para tomarmos as providências contra esses achacadores que não sabemos, exatamente, a serviço de quem eles estão. Mas, estamos já colhendo algumas informações para podermos chegar aos verdadeiros donos dos cães, porque quando um cão me morde, eu não vou bater no cachorro só por bater, eu preciso descobrir quem é o dono e a serviço de quem esse cão estava.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são essas as nossas colocações.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Ratinho Júnior.

Deputado Ratinho Júnior (PPS)

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Subo à tribuna no dia de hoje para comentar um ocorrido que aconteceu neste final de semana na cidade de São José dos Pinhais, que nós já havíamos alertado antes mesmo que tivesse acontecido, antes mesmo que fosse construído, nós brigamos, juntamente com a população, fizemos abaixo-assinado, ouvimos a população, pedimos para que não fosse implantado, mas lamentavelmente não fomos ouvidos. E nesse final de semana houve uma fuga no recém-inaugurado presídio da cidade de São José dos Pinhais.

Deputado Jocelito Canto, o presídio foi inaugurado há quarenta e cinco dias atrás, presídio de segurança máxima. Foi vendida a falsa idéia de que um presídio de segurança máxima, na cidade de São José dos Pinhais, traria segurança. Eu nunca ouvi dizer que presídio em alguma cidade traz segurança, se fosse assim Piraquara seria uma maravilha para morar. E não é verdade, porque lá também tem violência. E muita. Mas venderam a idéia de que o presídio na cidade de São José dos Pinhais traria segurança. Nós mostramos desde o primeiro momento que isso era uma falsa idéia, que era mentira, que não traria segurança nenhuma à população. Dito e feito. Nesta sexta-feira cinco fugiram da penitenciária de segurança máxima. E além deles terem fugido, houve uma morte que a polícia até então não desvendou, mas há uma suspeita de que um menino de 17 anos morreu assassinado por uma pessoa que estava com o carro do seu pai e esta pessoa talvez seja um dos fugitivos. E o pior de tudo isso é que neste presídio de segurança máxima, Deputado José Maria, os presos fugiram não com picareta, não com martelo, não com enxada, foi com o cabo da escova de dente. Com o cabo da escova de dente, Deputado Scarpellini, eles cavaram e conseguiram abrir uma cratera no presídio de segurança máxima e de lá fugiram.

Não culpo o Governador Roberto Requião pela construção desse presídio. Até porque não foi culpa do

Governador, ou só dele na questão da construção. Outros políticos da cidade entenderam que era benquisto este presídio. Não que a população quisesse, mas alguns pensaram.

Hoje, qual é a situação? A cidade de São José dos Pinhais está desesperada, com medo, os moradores do Bairro Guatupê estão desesperados. Hoje, inclusive, uma mãe os telefonou dizendo que tem medo de deixar sua filha voltar da escola sozinha porque pode ter um outro fugitivo, se vai ter uma rebelião, se não pode ser pega como aconteceu com esse jovem de 17 anos assassinado na porta de casa, porque roubaram o carro do seu pai. E lamentamos, porque é muito lógico que a construção de um presídio no Município onde tem seis entradas e seis saídas para fuga. Não pode existir isso. Tem que ser como em Presidente Bernardes, que só tem uma entrada e uma saída. E lá não, lá tem Avenida das Torres, tem a BR-116, tem o contorno Sul, tem a Marechal Floriano que passa ali por dentro, tem a 277, a 376. Quer dizer, colocaram no melhor lugar de fuga para uma quadrilha, para presos na cidade de São José dos Pinhais. Lamentamos, nós aqui estamos representando a grande maioria da população de São José dos Pinhais, que está em.

Peço para usar o Horário do meu Partido, o PPS.

Passa a usar o Horário da Liderança do PPS

Então, estamos representando essa parcela que é sem dúvida alguma mais de 90% da população, que lutou conosco a não instalação desse presídio. Acredito agora que aqueles que pediram o presídio têm que ser responsabilizados e arrumar alguma alternativa para que isso não se repita no presídio de segurança máxima.

Mas há outro assunto muito importante, Sr. Presidente, quero aproveitar esses dez minutos para falar sobre a TV Assembleia. O nosso Presidente Hermas Brandão tem, há muitos anos, e principalmente neste mandato que estou acompanhando mais proximamente como Deputado, resgatar e trazer a transparência cada dia mais perante a população do Estado do Paraná nesta Casa. E tem conseguido isso com grande feito.

O Presidente Hermas Brandão tem feito um grande trabalho juntamente com a Mesa Diretiva e resgatar a moralidade dos Deputados Estaduais do nosso Estado e da política em geral. Vendo desta forma e sabendo que teremos 100% de apoio, inclusive do nosso Presidente, estamos protocolando hoje um projeto de indicação que é muito parecido com um projeto que já está tramitando nesta Casa, que já está para ser votado. Já passou pela CCJ, recebeu uma emenda do Deputado Marcos Isfer, por sinal, uma emenda muito importante e que vai ser votado, eu acredito que até março, que é a lei onde obriga as prefeituras do Estado do Paraná, que receberem dinheiro do Governo, a fazerem o pregão eletrônico ou o pregão presencial.

Por que é importante essa lei? Ela é importante porque está comprovado, que onde há pregão eletrônico ou o pregão presencial as prefeituras estão conseguindo reduzir em até 40% o preço das licitações. Isto está sendo comprovado na cidade de Colombo, que conseguiu baixar o uniforme escolar em 40% comparada à gestão passada. Isto através do pregão eletrônico.

Esse é um projeto que vem também trazer transparência às prefeituras, aos cofres públicos perante a população e, lógico, valorizar o dinheiro público que alguns fazem dele um negócio e usam essas licitações muitas vezes forçadas para angariar recursos para si ou para beneficiar essa ou aquela empresa.

Nesses mesmos moldes, estamos protocolando hoje, um projeto de indicação para que a TV Assembleia e a Rádio Assembleia, que vai ser um instrumento importante para esta Casa, para divulgar, para mostrar os Deputados que realmente trabalham, aqueles que fazem grandes projetos e, lógico trazer a transparência à Assembleia, esse projeto vai mostrar, e mais uma vez comprovar tudo aquilo que o Presidente Hermas Brandão e esta Casa vêm fazendo, que é a transparência com o respeito do dinheiro público e as licitações.

Então, queremos pedir o apoio dos Deputados e Deputadas, dizer que é uma medida importante, que é um exemplo para o Brasil a Assembleia tomar esse projeto como iniciativa para que não haja nenhum comentário, nenhum murmúrio, nenhuma desconfiança dessa licitação que está para vir, porque nós sabemos que é uma licitação decente e séria e que virá para ajudar a Assembleia Legislativa do Paraná, a melhorar.

Com o aparte o Deputado Barbosa Neto.

O Sr. Barbosa Neto (PMDB)

Quero cumprimentar V. Exa. nesta oportunidade, por ter apresentado essa proposta que vem contribuir bastante com esse momento de crise institucional que nós estamos vendo, com um verdadeiro alvo direcionado aos parlamentos de todo o país.

Creio que essa medida, se for acatada por esta Casa, demonstrará a questão da transparência e principalmente de igualdade de condições para aqueles que tiverem a melhor proposta e o melhor preço e, principalmente, condições viáveis de se habilitar, possam implantar a Rádio Parlamento e também a TV Assembleia nesta Casa de Leis.

Portanto, quero cumprimentar V. Exa. por esse pronunciamento e por essa medida que tenho certeza contribuirá e muito para o crescimento da imagem de todos nós legisladores, representantes da população perante a opinião pública, que infelizmente está bastante arranhada.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Obrigado, Deputado Barbosa Neto, agradecemos o apoio de todos os Deputados e Deputadas e a própria imprensa que tem contribuído bastante para que essas ati-

tudes agora venham a ser algo efetivo tanto no Poder Executivo, no Judiciário, nas Prefeituras, no Legislativo, que é a maneira que nós temos de mostrar que há uma boa intenção dos políticos do Estado do Paraná, em fazer uma administração decente, fazer um trabalho legislativo decente, em respeito às contas públicas, em respeito ao imposto que a população brasileira e paranaense paga.

Nós agradecemos aqui o apoio de todos e agradecemos também a Assembléia Legislativa, por nos dar oportunidade de colocar essas idéias em prática e que sem dúvida alguma vai servir de exemplo em todo o Estado do Paraná, mas principalmente para as outras Assembléias do Brasil, que ainda não tomaram essa medida.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passa-se ao Grande Expediente.

Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

(Lê):

“Subo a esta tribuna hoje, para falar de um tema da maior importância para nosso Estado.

Trata-se do Tribunal de Contas, da sua composição, das suas práticas e da necessidade de reafirmação de total independência daquele órgão para análise imparcial das contas do Estado.

“Historicamente o Tribunal tem sido composto por representantes políticos da mais alta estirpe - ex-Deputados, Secretários de Estado - aos que se chamam costumeiramente de notório saber”. Eu prefiro, Sras. e Srs. Deputados, simplesmente dizer que aquele Tribunal é historicamente composto por notórios representantes da elite política e empresarial do Paraná. Se vivemos em tempos de democracia, este paradigma de que uma corte como o Tribunal de Contas só ser representando por uma classe social dominante, deve ser quebrado.

Venho aqui hoje defender uma tese que não está ligada a questões raciais, mas da obrigação que esta Casa tem de indicar alguém com competência técnica e compromissos social para com o nosso povo.

Sinceramente, Sras. e Srs. Deputados, tenho dúvidas quanto aos métodos que ao longo dos anos esta Casa tem utilizado para indicar Conselheiros ao TC. Não consigo enxergar resultados positivos para nosso povo se o pré-requisito para ser Conselheiro do TC é ser Deputado, parente de Governador ou de alguém poderoso.

Por mais que aqui se negue, a história tem sido sempre esta. Independente de representação partidária, há nesta Casa os que se conformam com isto, mas eu me coloco neste momento ao lado dos que não se conformam.

Considero fundamental neste processo, serem afastados desta indicação o corporativismo e a politicagem, não, no entanto, a política.

Esta Casa tem o dever, a ética e a responsabilidade e nem pode abrir mão de escolher os melhores entre os paranaenses para o comando daquela corte.

Isto, Sras. e Srs. Deputados, faz parte da democracia dita “representativa” aos quais todos nós estamos submetidos.

Porém, Sras. e Srs. Deputados, esta representatividade vem ao longo dos anos sofrendo uma inversão de valores, ou seja, os acordos, projetos e decisões que afetam diretamente a vida de nossa gente tem saído dos gabinetes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário em direção à sociedade, quando no meu modo de entender, deveria ser o contrário: os acordos, as decisões devem nascer da sociedade em direção aos poderes constituídos.

Sem isto a democracia não se consolida, fica refém de alguns poucos em detrimento de todos. É dentro desta ótica, deste critério que deve ser debatida a questão da vaga aberta para o Tribunal de Contas.

O nosso povo tem estado às turras com a classe política, com escândalos de toda a sorte, com a imoralidade pública com a corrupção.

Estes, Sras. e Srs. Deputados, têm sido o combustível da desilusão com a democracia.

O nosso povo não é o mesmo de dez anos atrás, nem será o mesmo daqui a dez anos, pois está mais vigilante, exigente, recebe informações a todo instante e acompanha o dia-a-dia dos poderes.

Eu me coloco entre aqueles que entendem que precisamos reforçar as competências técnicas daquela corte para tornar mais transparente para a sociedade o órgão que julga as contas de todo estado. É esta sociedade quem paga o salário de todos nós e que exige cada vez mais resultados, resultados e resultados e tem sido presenteada com escândalos, corrupção e imoralidade.

Ao ter que falar em independência daquela corte, não há como não falarmos em representatividade e se formos por este caminho ao qual eu julgo o mais correto, o TC historicamente não tem tido a representatividade da sociedade paranaense. Vejamos, pois que na sua história, os barões da erva-mate paranaense, os barões do café, os antigos escravocratas, os que têm poder político os grandes fazendeiros estes têm certa representatividade por lá, mas o povo... o povo não.

Se esta Casa não tratar destes temas com isenção e visão de futuro, não colocar aquela corte no século vinte e um a história não perdoará cada um de V. Exas.

Vejam os Srs. que o Tribunal de Contas tem sido cruel e eu até diria correto, com aquele prefeito do interior que ao comprar uma galinha sem licitação ou com alguma documentação irregular, submete este mesmo prefeito às penas mais duras, até com a perda do mandato. Mas o Tribunal de Contas deixou escapar ou fingiu que não viu um rombo de R\$ 19 bilhões do caso Banestado.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, isto é a mais pura hipocrisia, para não dizer outra coisa. Somente este fato, entre tantos outros, já é o suficiente para que a caixa-

preta do TC seja de uma vez por todas aberta. É por isso que todo cuidado é pouco quando se vem com esta lenga-lenga de que a vaga pertence a auditor, ao governador ou deputado x ou y.

As vagas são do povo e quem representa o povo é esta Casa, portanto qualquer um que deseja ir para lá deve ser sabatinado por este parlamento.

Dentro deste raciocínio que apresento humildemente a V. Exas. é que não há como fugir a um fato que é motivo de vergonha para todos nós. Em cinquenta anos de história, não se tem notícia que aquele Tribunal tivesse entre seus Quadros de Conselheiro, uma mulher afrodescendente, como se estas pessoas não pertencessem a nossa civilização. Não quero falar de racismo, não é isto que está em discussão.

O que está em discussão é o erro brutal que temos cometido ao longo da história. Se a Igreja Católica através de Sua Santidade o Papa João Paulo II pediu perdão aos índios pelos crimes cometidos contra eles, por que nós não podemos fazer o mesmo?

É com muito prazer, que eu apresento a esta Casa, para um debate isento e independente a professora, advogada, mestre em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e por uma das mais conceituadas universidades de direito do mundo a Universidade de Harvard nos Estados Unidos, atual Procuradora da UFPR ativista incansável da causa dos direitos humanos e da igualdade racial, a professora Dora Lúcia Bertúlio.

Quero reafirmar que esta indicação não é exclusivamente minha, não sou o tutor deste processo, esta indicação parte da sociedade para este parlamento, como tem que ser em todos os processos políticos relevantes.

Finalmente, faço um apelo aos Partidos PMDB, PT, PSDB, PPS, PFL e ao meu Partido, o PDT, para que assumam esta indicação como sendo plural e toda esta Casa, pois como dizia Érico Veríssimo, *nada é tão poderoso quanto uma idéia, cujo tempo chegou...*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, resumindo o que acabo de ler, é dar a oportunidade à sociedade que reclama por participação.

O jogo não pode ser aquele de cartas marcadas. O jogo tem que ser com o critério da competência, da decência e da vocação para a vida pública.

Não podemos continuar a referendar aqueles bacanas para que ingressem no Tribunal de Contas e depois acaba sendo um tribunal de faz-de-contas.

Temos que colocar a independência nesse órgão fiscalizador das contas públicas do Estado do Paraná, porque nós aqui desta Casa fomos induzidos ao erro, ou até por omissão de alguns membros, mas aprovamos contas de governos sem que merecessem de longe a aprovação. E quando saem daqui para serem conselheiros, na sequência apresentam seus filhos para se tornarem Deputados. É um pé aqui e outro lá. Isso não pode acontecer mais no nosso Estado.

O STF já fez justiça para a família afro-descendente. Por que não a Assembléia Legislativa abrir esse

caminho para que os poderes constituídos deste país possam abrir mais vagas àqueles que têm competência, vocação, história, um currículo invejável para ocupar esse cargo, não sendo da elite dominante?

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Neivo, cumprimento V. Exa. pelo seu pronunciamento sobre a questão Tribunal de Contas.

Entendi que V. Exa. não se coloca a favor do candidato chapa branca. Isso para nós é importante, porque temos uma posição contrária. E esperamos, num momento oportuno, que esta Casa se sobreponha aos interesses do governo, e demonstre que é um poder independente.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Certamente o atual Governador não vai fazer o que o ex-Governador Jaime Lerner fez, que nomeou o seu cunhado para Conselheiro do Tribunal de Contas. Se eu conheço um pouco o Governador Roberto Requião, ele deve seguir a nossa linha de raciocínio, porque é um democrata por excelência. Esperamos que ele não imponha nenhuma chapa branca e nem tampouco, a Casa procure propor mais uma vez um Deputado estadual ou um Secretário de Estado.

Que venha do seio da sociedade esse nome, que esse nome vai ser referendado pela Comissão Especial deste Poder. Em última análise, quem vai votar neste ou naquele para Conselheiro do Tribunal de Contas, são os Deputados.

Teremos duas vagas: já temos uma com o falecimento do ex-Deputado e Conselheiro Quielse Crisóstomo da Silva e, agora, teremos outra do Conselheiro Rafael Iatauro que vai para Casa Civil, deixa o lugar de fiscal e vai para o lugar de quem aplica a política do Governo. Então, é um jogo de cartas marcadas! É muito bacana! Só que a sociedade está cada vez mais participativa. A inclusão social, hoje, é a palavra de ordem. Ou nós seguimos essa palavra de ordem e essa tendência da população ou nós estaremos, quem sabe, não perdoados pela história.

Está presente, nesta Sessão, a nossa ilustre Dra. Lúcia de Lima que, naturalmente, vai se colocar à disposição da imprensa para poder colocar o seu currículo, a sua história. A Dra. Lúcia nos honra muito com a sua presença, já fez a sua inscrição na Casa e é mais uma inscrição afrodescendente. Queira Deus que a comunidade afrodescendente possa inscrever inúmeras pessoas para disputar esse precioso cargo vitalício do Tribunal de Contas, sobretudo para mostrar que a colônia afrodescendente tem dentro da sua comunidade inúmeras pessoas qualificadas e capazes para disputar esse cargo.

Acaba de se inscrever, há poucos dias, o jornalista Saul, que aqui está presente. Certamente, os Srs. Deputados vão analisar o currículo de cada um, vão analisar a

história pessoal de cada candidato e, por fim, vão escolher em quem vão votar. Eu peço, mais uma vez, que se dê oportunidade àqueles que vêm do povo e não que se permita, mais uma vez, àqueles que vem de cima para que a sociedade de baixo tenha que engolir. Isso, evidentemente, não pode mais acontecer neste Estado e neste país.

Sra. e Srs. Deputados.

Aproveito estes instantes, também, para alertar sobre a aprovação do orçamento do Governo do Estado. Muito se fala aqui da ausência do Estado em saúde, educação, segurança, habitação, mas não lembram quanto é que nós aqui aprovamos no orçamento para o ano vindouro. Não se fala qual é a denúncia que se levantou sobre o desvio desta ou daquela Pasta na aplicação do orçamento. No momento de aprovação ou rejeição das contas do Governo, muito poucos encaminham para discutir se foi gasto e se foi cumprido aquela peça orçamentária.

Estamos precisando avançar nesse aspecto e, sobretudo, agora que teremos a TV Assembléia. Certamente ficará registrada para população do Paraná a ausência de muitos porque alguns, uma média de trinta ou quarenta e cinco estão sempre presentes, mas existe uns dez por aí que raramente vêm neste plenário. Solicito à Mesa Diretora para que todo final de mês torne pública a presença dos Srs. Deputados neste plenário e nas comissões e, também, solicito à Mesa que remeta uma carta ao jornal Folha de Londrina que deu na sua manchete a presença de alguns Deputados, aqui, que não corresponde com a verdade. Isso também não é justo.

Não é possível que um jornal de circulação estadual venha colocar uma matéria dando a presença a quem não teve a presença; dando ausência àquele que não teve ausência. A verdade há de prevalecer. Por isso, é preciso dizer que o jornal Folha de Londrina merece dar uma matéria reparando essa injustiça porque isso nós não podemos aceitar. Se os Deputados, se os poderes, se os políticos têm a sua função e são cobrados diariamente, não podemos permitir que também matérias levianas venham a denegrir a imagem do Parlamento.

Muito obrigado.

Concedo aparte à Deputada Elza, em tempo.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Obrigada Deputado.

Realmente essa questão que V. Exa. coloca por último, das faltas, eu também já conversei hoje com os dois estagiários da Folha de Londrina que estão aqui acompanhando as sessões. Acho fundamental que a imprensa acompanhe as sessões, que ela cumpra o seu papel, está tudo certo. Acho isso é muito bom, porque de certa forma é uma prestação de contas à sociedade civil. Mas, é preciso que seja correta essa confirmação das faltas porque eu me senti prejudicada.

Evidentemente que todos nós temos a nossa função aqui, temos obrigação de participar das sessões plenárias,

mas, vez ou outra estamos representando a Assembléia, estamos em ações e funções que também fazem parte do trabalho do Parlamentar e que às vezes nos obrigam a nos ausentar.

Então, também não me senti contemplada, fui injustiçada em relação às faltas que foram colocadas no jornal, até porque a população cobra se você está faltando muito às sessões. Ela não faz essa leitura dessas atividades que nós temos. Portanto, acho bom colocar isso e sugiro que a própria Assembléia fornecesse também essas listas de presenças aos funcionários da Folha de Londrina, aos jornalistas que estão aqui. São muito bem-vindos e vão ficar conosco este ano.

Queria apenas fazer essa ressalva porque já falei com eles e acho importante porque presto atenção e vi que não correspondem em muitos momentos as faltas colocadas para alguns parlamentares.

Muito obrigada.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Agradeço seu aparte e tenho a certeza do seguinte: envolvida nessa história também está a Universidade Federal do Paraná que comunga com esse número de faltas. Parece-me que é uma parceria da Folha de Londrina com a Universidade Federal do Paraná.

Não é possível que a Casa não possa expedir uma certidão como expediu para este Parlamentar. Uma certidão oficial. Então, que faça isso automaticamente e coloque no site da Assembléia.

Olha, tantas sessões, tantos presentes, tantos ausentes. Porque até é impressionante de imaginarmos que um Poder constituído do Estado fique à mercê de questões políticas para favorecer esse ou aquele Parlamentar. Ou que alguém, por um erro qualquer, possa estampar nos jornais sem antes se certificar na Casa se são verdadeiras as anotações feitas pelos representantes da Universidade Federal e pela Folha de Londrina, no caso do Paraná.

Era essa a minha mensagem, obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Passa-se ao Horário das Lideranças. Bloco PP/PSB, Deputado José Domingos Scarpellini.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para registrar a presença dos Parlamentares do Paraná, os Deputados Federais Eduardo Sciarra, Ricardo Barros, bem como o nosso vice-reitor da Universidade Estadual de Maringá, professor Ângelo Priori.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa registra e dá as boas-vindas a todos.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Vi agora o Deputado Neivo Beraldin fazer uma crítica à Folha de Londrina, com relação à divulgação das presenças.

Acredito que se teve alguma equívoco ele pode ter sido de uma maneira que é passível de alguma correção, mas no principal, a lista de presença dos Deputados, ali, a meu ver, está relativamente certa. Relativamente, pode ser uma aproximação. Na questão da aproximação, acredito que também pode se ganhar algum prêmio. A Folha de Londrina tem prestado um grande serviço, fazendo esta fiscalização, sim, e julgo isto muito importante para este Parlamento. Se há algum equívoco, vamos procurar corrigi-lo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Deputado do PT, Ângelo Vanhoni, falou hoje sobre a ida do Governador Roberto Requião a Brasília, em uma entrevista com o Presidente Lula.

O Deputado Tadeu Veneri tratou a respeito de uma divergência, nas colocações do Líder do PMDB, com relação ao PT. O Deputado André Vargas rechaçou com a sua verve alguma das colocações, com certa exatidão.

Vimos a lavagem das calçadas da Gazeta do Povo feita pela militância paga do PMDB. Foram lá meia dúzia de DAS - cargos em comissão do Estado - para fazer aquela lavagem, comandada pelo Secretário da Educação, Maurício Requião, que mais parecia um lenhador canadense, com calça com suspensório - faltou a camisa xadrezinha para completar um quadro grotesco de lenhador canadense. Se não der certo como Secretário da Educação, como lavador pior ainda, deixando as espumas por lá.

Esquecem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da questão da mamona em Brasília. Temos uma denúncia muito séria. Sou Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembléia do Paraná. A Embrapa estava fazendo as pesquisas da mamona, para o biodiesel do cerrado. O Presidente leva as mamonas e leva o nosso Governador Roberto Requião, do Paraná. O Governador começa a comer as coloca na boca e é advertido pelo Presidente, que a mamona é tóxica. Ele não sabia. Proíbe aqui o transgênico, engole mamona lá. O que entende de agricultura o nosso Governador? Mas, dada a advertência, ele devolveu ao prato aquelas mamonas e elas são levadas pela Embrapa.

Isso faz dez dias. A Embrapa agora vai concluir o teste de germinação das mamonas - as mamonas não germinaram. Fizeram um relatório que elas foram envenenadas pela língua do Governador do Paraná. A língua dele é mais tóxica do que a mamona e não germinou. Perderam as vidas, não funcionou no teste de germinação, pelo contato com a saliva, com a língua do Governador do Paraná.

Aqui no Paraná, lava-se a calçada da Gazeta do Povo e diz-se que a Gazeta mente. Eu já disse na semana passada e vou repetir, porque se precisa repetir várias vezes, para que certas pessoas ouçam.

O pedágio, quem foi que mentiu? Foi a Gazeta do Povo? Foi o povo do Paraná? Ou foi quem prometeu e não cumpriu?!

Meus ilustres Deputados, as cadeias estão lotadas, superlotadas e a Casa de Custódia de São José dos Pinhais, inaugurada há menos de um mês, já teve a sua primeira fuga. Furaram o concreto - imaginem que concreto é esse - com o cabo da escova de dente!

Olha, é realmente assustador quando se vê certas coisas. Você pensa que está lendo um livrinho de anedotas infantis quanto isso ocorre, quando isso acontece. No Paraná, sistematicamente, temos visto e lido as fugas das cadeias - é no Norte do Estado, é no Oeste, é no Sudoeste, é na Casa de Custódia recém-inaugurada. Meu Deus! E a segurança do povo onde está?

É difícil de acreditar, mas está nas mãos do Secretário da Segurança, está nas mãos do Governador, que avoca para si o processo de administrar e de centralizar a administração do Estado e, com isso, relativamente há sempre um prejuízo para a Administração Pública, porque as decisões que mereciam ser tomadas de pronto não são, e a cada dia vemos o sonho do povo paranaense ficando mais distante de uma realidade, porque na educação vai mal, na saúde vai mal, na segurança não se fala, nos transportes vemos que o Presidente, que dizia ser irmão do Requião, que tinha uma afinidade, uma história política longa, eles se distanciaram quando os assuntos são responsabilizados com relação às estradas, ao Porto de Paranaguá, com relação à produção aí está, a crise da febre aftosa, gerada pela divergência entre o Estado e a União e o que nós vemos?

O pedágio sendo implantado na BR-116, no sentido São Paulo, antes da Estrada da Graciosa e o Governador do Paraná, que era tão amigo do Lula - era Lula e Requião e agora, por interesse que desconhecemos, estão desgrudando. Eram igual a Felipes e Café, um grudado no outro - quem conhece sabe o que estou falando. E agora, estão se separando ou se separaram, mas ainda comeram uma mamona juntos. E nós estamos vendo a privatização da BR e o Governo do Paraná, que deveria tomar uma iniciativa de uma Ação Civil Pública, de comandar o Ministério Público Estadual para estar juntos, está onde?

Ora, falar em acabar com o pedágio e implantar mais pedágios no Paraná! Isso aí é a contramão do discurso e da palavra de quem está cobrando da Gazeta do Povo um posicionamento e faz outro totalmente ao contrário. Nós queremos ver e ouvir, queremos ver a imagem do Governador defendendo o interesse do povo, do consumidor paranaense, porque o pedágio aqui vai deixar o Litoral do Paraná sem nenhuma alternativa de uma estrada livre de pedágio, o que é proibido por lei.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Km 61 da BR-116, sentido São Paulo, vai ganhar um presente. É um grande presente esse, uma Praça de Pedágio. E nós vimos as posições do Deputado Luiz Carlos Martins, contrárias a isso.

E vamos continuar aqui cobrando e queremos ver a posição da Assembléia do Paraná com relação a essa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário das Lideranças: PTB; PL; PMR; PDT.

(**Todos declinam**)

PFL: com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

É uma alegria começarmos o ano, desejo um feliz 2006, um ano eleitoral em que todos possam alcançar os seus objetivos.

Nesse sábado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estaremos na cidade de Castro. A região dos Campos Gerais está se mobilizando, para dar um alerta ao Brasil da situação que vive a agricultura brasileira, que não é diferente da agricultura dos Campos Gerais e do nosso Estado do Paraná. O que aconteceu? No período do plantio da safra, o dólar estava valorizado e o real desvalorizado. Com isso, o preço dos insumos - o adubo, as sementes, os defensivos, o óleo diesel - tinham um preço alto porque o dólar estava valorizado e tudo é pautado pelo dólar.

Muito bem, o plantio foi feito, os agricultores investiram na sua safra. E no decorrer desses últimos meses, estamos acompanhando um recuo do dólar. O dólar que esteve a três reais e sessenta centavos, há um ano e meio, dois anos atrás, recuou e hoje estamos falando de um dólar a dois reais e dez centavos, onze centavos, doze centavos. O produtor plantou com um custo alto e agora o seu produto é pautado pelo preço do dólar, o produto de venda, o resultado da sua atividade.

Com isso, estamos vendo a atividade agrícola inviabilizada, o custo de produção é maior que o resultado da venda, e a agricultura vai mal. Já foi mal no ano passado. Novamente a safra agora 2005/2006 com grandes dificuldades, sem contar a seca que o Sudoeste enfrentou e outras regiões do Estado do Paraná, como dentro da própria região dos Campos Gerais onde tivemos municípios com falta de chuva. Em alguns municípios choveu pouco, em outros, choveu razoável. Enfim, o alerta está dado, começou em Tibagi a primeira reunião e estendeu-se ao município de Palmeira. Agora no município de Castro, no sábado, vão ser realizadas, dentro dos Campos Gerais, outras reuniões. E as regiões do Estado do Paraná, através dos seus sindicatos rurais, da sociedade rural paranaense,

começa a mobilizar-se para poder ir a Brasília mostrar para o Presidente Lula que a situação é caótica e que se os agricultores tiverem mais uma safra negativa, a situação vai ficar muito difícil, porque os produtores não vão mais pagar os seus compromissos junto aos bancos. E quando o produtor tem um advogado, ele se defende. E o médio produtor e o pequeno produtor como ficam? Acabam perdendo as suas áreas para o banco que os executa.

Então, uma solução tem que ser encontrada e só vamos encontrar com uma grande mobilização feita pelos produtores do nosso país, para que possamos sensibilizar o Presidente da República, para acharmos um caminho, para podermos viabilizar a agricultura nacional. Uma das formas, Deputado José Maria, é uma garantia de preço mínimo, porque o agricultor quando planta, ele joga na esperança de que São Pedro ajude com a chuva que tem necessidade, que o preço no momento da venda seja, no mínimo, razoável, para ele tirar um resultado da sua atividade. Do jeito que está, o prejuízo bateu à porta. O desespero está tocando os produtores. E esperamos que o Governo Federal, através do Presidente da República, do próprio Ministro da Fazenda, encontrem uma saída, encontrem uma política agrícola que possa ser cumprida e que dê, no mínimo, uma garantia de preço mínimo para que os produtores do Brasil possam continuar produzindo, exportando, trazendo divisas para o nosso país, gerando empregos e garantindo o arroz e o feijão no prato dos brasileiros.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 45 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 01/2006, de autoria do Sr. Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente, sugerindo o emprego do pregão eletrônico ou presencial nas compras e serviços, como especifica, no âmbito da Assembléia Legislativa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Convocação de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, determinando o Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv - 1º Vice-Presidente, para convocar os Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Tadeu Veneri, Durval Amaral, José Maria Ferreira e Luiz Fernandes da Silva Litro, membros indicados pelas Lideranças Partidárias para comporem a Comissão Especial de Reforma da Constituição, que opinará sobre a Proposição nº 40/2005, para reunião de instalação da comissão, dia 21 do corrente mês, às 14h.

À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão e da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 084, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se desta Casa de Leis em viagem a Brasília-DF, onde participará de reunião da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Direção Nacional da Unale, que acontecerá no dia 20 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 089, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente, solicitando autorização para viajar a Brasília, no dia 22 do corrente mês, onde participará de audiência com o Presidente do Incra, a fim de discutir situação referente a posseiros do município de Pinhão/PR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 120, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se dos trabalhos legislativos no dia 22 do corrente mês, para participar de reunião com o

Presidente do Incra em Brasília. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre o Programa de Incentivo ao Esporte, no âmbito do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. PARECER CONTRÁRIO DA CF.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, queria cumprimentar a Deputada Cida pela preocupação, que realmente procede, é importante a preocupação do incentivo ao esporte, principalmente o esporte amador do Estado do Paraná.

Eu conversava agora com a Deputada que nós tivemos um projeto semelhante, do Deputado Renato Gaúcho, aqui na Casa. Foi vetado pelo Governador porque não tinha, na verdade, uma justificativa na questão do impacto financeiro.

A Deputada Cida coloca que ela já fez a justificativa encaminhando esse impacto hoje, em apenas a votação da legalidade, constitucionalidade e a CCJ coloca como legal e constitucional o projeto. Então, amanhã certamente virá acompanhado do projeto a questão do impacto financeiro conforme a informação da Deputada.

Faço questão de colocar aqui essa ressalva, porque tive o mesmo procedimento em relação ao projeto do Deputado Gaúcho, que foi vetado pelo Governador e a Assembléia derrubou o veto.

Gostaria que constasse essa observação na discussão desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em discussão o projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a AMLS - Associação de Moradores de Linha Salete, com sede e foro no município de Medianeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 735/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Uti-

lidade Pública a Associação de Moradores Cultura, Lazer e Turismo do Bairro Novo “A”, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 748/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, tornando obrigatória a reposição do peixe curimatã, anualmente, no programa de tanques-redes, do Governo do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 768/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública o Centro de Excelência à Atenção Geriátrica e Gerontológica, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 045, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 047 e 048, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 049, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 051-A, de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni e Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 052 e 053, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 055, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 056, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 058 a 075, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 077, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 078 a 081, 087 e 088, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 083, 085 e 086, de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 092, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 093, de autoria da Deputada Elza Correia, com apoio das Deputadas Cida Borghetti, Luciana Rafagnin e Arlete Caramês, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 096, de autoria da Deputada Elza Correia, com apoio das Deputadas Luciana Rafagnin e Arlete Caramês, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 095, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 097 a 099, 103 a 106, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 100, 101 e 102, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 107 a 112, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 113, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 116, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Deputados Delegado Bradock, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 121, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 123, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 300, 544, 618, 677, 690, 712, 717 e 770/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 74/2006

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO o infausto passamento, ocorrido na data de hoje, do Sr. ex-Deputado e Conselheiro Quielse Crisóstomo da Silva, acontecimento que enlutou toda a família paranaense.

CONSIDERANDO que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de homem público do Sr. Quielse Crisóstomo da Silva, com um trabalho sempre voltado para as mais justas aspirações do povo da nossa terra. O ex-Deputado Quielse Crisóstomo da Silva exerceu seu mandato na Assembléia Legislativa entre a 7ª Legislatura e a 11ª Legislatura.

R E S O L V E :

decretar luto oficial de 03 (três) dias, como expressão de pesar pelo falecimento do Sr. ex-Deputado e Conselheiro Quielse Crisóstomo da Silva.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.02.2006.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Diretoria Geral**Portarias**

PORTARIA Nº 13/2006

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 298, datado de 19 de janeiro de 2006, deste Poder

R E S O L V E :

mandar anotar na ficha funcional de APARECIDO ALVES BEZERRA, matrícula nº 40054, funcionário estável desta Assembléia Legislativa, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de dois (02) anos, onze (11) meses e vinte e oito (28) dias de contribuição ao INSS, período compreendido entre 05 de fevereiro de 1967 e 02 de fevereiro de 1970, em que prestou serviços à Prefeitura Municipal de Iporã.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.02.2006.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 14/2006

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 308, datado de 19 de janeiro de 2006, deste Poder

R E S O L V E :

mandar anotar na ficha funcional de LÍDIA ZPEZIA, matrícula nº 40622, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, os seguintes períodos de tempo, para fins de aposentadoria, de acordo com o parágrafo 9º do artigo 25 da Constituição Estadual, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, no total de 07 (sete) anos, 01 (um) mês e 19 (dezenove) dias, já descontado o tempo em paralelo; de 01.07.1977 a 31.01.1978 na Equipão Indústria de Alimentos; de 26.02.1978 e 21.02.1979 no Supermercado Riachuelo Ltda; de 10.04.1980 e 29.07.1981 na Comunidade Evangélica Luterana de Jaraguá do Sul; de 01.08.1981 a 29.03.1982 na Sociedade Divina Providência; de 01.04.1982 a 13.05.1982 da DJD Imóveis Ltda. - EPP; de 10.05.1982 a 04.08.1982 na Transportadora Blumenauense S/A; de 01.10.1982 a 14.03.1984 na Massa Falida de Hermes Macedo S/A; de 23.10.1984 a 21.12.1984 nas Lojas Bettega Ltda.; de 01.09.1964 a 10.11.1964 na Belmiro Ionta Cia.; e de 16.11.1964 a 30.11.1966 na Fábrica de Bolsas Capri Ltda.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.02.2006.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Anexo:**Relatório Complementar da CPI do Porto de Paranaguá****Comissão Especial de Investigação do Navio Vicuña****Breve relato dos Trabalhos**

Uma explosão ocorrida às 19h45 da noite de 15 de novembro de 2004, no terminal portuário da empresa Cattalini, no Porto de Paranaguá, jogou toneladas de produtos químicos derivados de petróleo no mar, transformando-se num dos maiores acidentes ecológicos da história do país. O navio Vicuña, de bandeira chilena, pertencente à empresa Sociedad Naviera Ultragas (Chile), estava descarregando metanol, quando duas fortes explosões mataram quatro dos seus tripulantes e arrebentaram os tanques de combustível, derramando resíduos no mar.

O metanol espalhado em um raio de aproximadamente 300 metros entrou em combustão por diversas horas no navio e nas águas da baía. As explosões também espalharam os óleo combustíveis e lubrificantes utiliza-

dos no próprio funcionamento do navio aumentando o problema.

Como não havia uma estrutura própria no Porto de Paranaguá para atender esse tipo de acidente, a única providência tomada foi a convocação do Corpo de Bombeiros, que, com muito esforço, conseguiu debelar o incêndio no dia seguinte. Enquanto isso, a APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, a Cattalini e a Ultragas discutiam e trocavam acusações sobre as responsabilidades do acidente, sem que nada fosse feito para evitar que os produtos químicos continuassem se espalhando e afetando todo o ecossistema da região.

Em virtude desse imobilismo, que durou quase dez dias, a Assembléia Legislativa do Paraná resolveu intervir através da iniciativa do Deputado estadual Neivo Beraldin, que propôs a criação da CEI - Comissão Especial de Investigação do Acidente do Navio Vicuña. Essa Comissão, que contava ainda com os Deputados Ailton Araujo (relator), Natálio Stica, Artagão Junior e Waldir Leite, teve a coordenação técnica dos especialistas Eduardo Ratton e Pedro Luiz Fuentes Dias (IAP), além do acompanhamento da Defesa Civil, Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, IAP - Instituto Ambiental do Paraná, Petrobras e Colit.

Logo na primeira audiência pública da Comissão, realizada em pleno Porto, em 24 de novembro de 2004, e que durou mais de dez horas, foram tomadas medidas enérgicas para garantir que as responsabilidades sobre o sinistro fossem assumidas e que os trabalhos para tentar conter seus danos comessem imediatamente. O presidente da CPI, Deputado Neivo Beraldin, propôs e os demais membros da Comissão aprovaram, já na madrugada do dia 25 de novembro, um pedido para que a Polícia Militar cercasse o Porto e para que a Polícia Federal recolhesse os passaportes do comandante do navio Vicuña e demais tripulantes para evitar a sua evasão.

Nessa mesma sessão, que terminou às 3h30 da madrugada, foi conquistada uma grande vitória pela Comissão, com a assinatura do Termo de Compromisso Público, firmado pela Sociedad Naviera Ultragás, comprometendo-se a assumir a contratação e realizar os pagamentos das empresas especializadas que se demonstraram disponíveis para atender ao acidente. Havia urgência em começar esses trabalhos, já que os produtos químicos tinham alcançado uma extensão total de 170 quilômetros da costa.

Com o acidente, cerca de 4.080 toneladas de metanol se dispersaram nas águas e na atmosfera ao redor do navio. Por ser um composto volátil, altamente combustível e de fácil diluição na água, a maior parte do produto queimou no incêndio, evaporou-se ou misturou-se às águas da Baía.

Já os óleos combustível e lubrificante, mais pesados, insolúveis em água e com alto impacto sobre o meio ambiente, representaram 1.467 toneladas jogadas no mar. O trabalho de limpeza das empresas contratadas conseguiu recolher 1.176 toneladas de óleo e mais 2.996 tone-

ladas de água oleosa. Mesmo assim, foi estimado que 291 toneladas de óleo não puderam ser retiradas e acabaram sendo levadas pelas águas, misturando-se ao meio-ambiente.

Foram realizados vários levantamentos para mensurar os danos causados pelos produtos espalhados, mostrando o quanto foram afetadas as praias, manguezais, marismas e costões rochosos, seja no continente ou nas ilhas, nas áreas habitadas ou nas unidades de conservação. Foi verificado o impacto sobre a saúde dos moradores da região e sobre as suas atividades econômicas, bem como os efeitos produzidos pela poluição na flora e na fauna. Um exemplo dos danos causados foi o fato de terem sido encontradas 32 tartarugas marinhas mortas na região.

Para acompanhar o trabalho de limpeza e os levantamentos sobre os danos causados, a Comissão Especial de Investigação realizou ao todo nove audiências públicas no Porto de Paranaguá, ouvindo os envolvidos no acidente e especialistas de renome sobre o assunto. As responsabilidades sobre o sinistro foram discutidas e a CEI encaminhou seu relatório final para as autoridades responsáveis, para que tomassem as medidas judiciais cabíveis, cônica de que não é de seu foro o julgamento da questão.

A Ultragas teve assegurado o seu direito de buscar a devolução de todos os valores investidos no trabalho da limpeza caso o julgamento a ser efetuado pelo Tribunal Marítimo aponte outros responsáveis. Diante das dimensões do acidente, 8.822 ações individuais, promovidas pelos pescadores, foram ajuizadas contra a Sociedad Naviera Ultragas Ltda., por aqueles que se sentiram prejudicados ante as conseqüências do acidente.

As empresas envolvidas no sinistro foram autuadas e multadas pelas autoridades ambientais, na seguinte ordem: Cattalini - R\$ 50 milhões pelo IAP; Ultragas - R\$ 50 milhões pelo Ibama; e APPA - R\$ 1 milhão pelo Ibama. Porém, a Capitania dos Portos também multou a Ultragas em R\$ 10 milhões, o que gerou um conflito de competência entre os dois órgãos federais.

A CEI sugeriu ainda que as empresas autuadas realizassem TAC - Termos de Ajuste e Conduta individualizados, caracterizando compromissos a serem cumpridos através de ações de benefício sócio-ambiental. Essas ações passaram a ser fiscalizadas pela própria Comissão, que apresentou relatórios mensais de acompanhamento ao Ibama, IAP e Ministério Público (Federal e Estadual).

Além da Assembléia Legislativa do Paraná, Defesa Civil, APPA, IAP, Ibama, Petrobrás, também participaram do desenvolvimento das atividades relacionadas ao acompanhamento do acidente e de suas conseqüências, as seguintes instituições: Marinha do Brasil - Capitania dos Portos; UFPR - Universidade Federal do Paraná, Polícia Federal, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar do Paraná, Sema - Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Vigilância Sanitária, Emater, Secretaria Estadual de Saúde, Procuradoria Geral do Estado, Cetesb, Comissão da Defesa

Civil Municipal e Prefeitura Municipal de Paranaguá, além das ONGs SPVS, Instituto Ecoplan e Caramuru. Foi criado um grande banco de dados, contendo imagens e informações sobre toda a área do acidente, que facilitou o reconhecimento da situação e a tomada de decisões na busca de soluções para os problemas.

Em relação às comunidades litorâneas, os levantamentos demonstraram que houve toxicidade na água prejudicando a balneabilidade até 26/11/2004, tornando-se normalizada a partir de 06/12/2004. No entanto, a pesca e a coleta de organismos marinhos para consumo humano foi proibida na região pelo Ibama logo após o acidente, prejudicando assim toda a atividade pesqueira da região, seja para consumo próprio ou comercialização.

Houve então a necessidade de pagamento de seguro desemprego por parte do Ministério de Trabalho e de fornecimento de cestas básicas para atendimento emergencial dos pescadores residentes nas áreas atingidas. No entanto, o fato dos pescadores não poderem exercer sua atividade econômica trouxe uma série de conflitos que essas alternativas paliativas e emergenciais não puderam satisfazer.

Foram distribuídas 15.171 cestas básicas em Antonina, Pontal do Paraná, Guaraqueçaba e Paranaguá. Tal entrega realizou-se em três etapas, sendo a primeira entrega realizada no mês de dezembro, a segunda em janeiro e a terceira em fevereiro, mediante a assinatura de recibos. As cestas foram subsidiadas pela empresa Cattalini e pelo P&I Club. Houve também a participação do Ministério da Agricultura, que disponibilizou alimentos a granel para compor cestas básicas. O armador comprou quatro mil sacos plásticos para o acondicionamento dos produtos, sendo tal ação desenvolvida pela Defesa Civil.

Mesmo assim, a comunidade local passou por grandes privações no período, e os pescadores, que ficaram sem a sua fonte de alimentação e de renda, chegaram a realizar uma manifestação pública no dia 30 de novembro de 2004. A empresa Cattalini e o P&I Club ofereceram o pagamento de um salário mínimo emergencial para os pescadores, dividindo esse ônus entre as duas empresas. Em relação a isso, somente a Cattalini pagou meio salário mínimo, pois como os pescadores entraram na justiça contra o P&I Club, este se viu impedido de efetuar os pagamentos até a retirada das ações ajuizadas.

Uma das formas de auxiliar os pescadores foi contratar as pessoas da comunidade para a limpeza das águas, além de alugar algumas das suas embarcações para o trabalho. No entanto, essa iniciativa também gerou conflitos entre os moradores que não queriam ser contratados para não perder o direito sobre o seguro defeso, querendo ser contratados como autônomos. A CEI teve papel importante na negociação, definição e distribuição dos benefícios às comunidades litorâneas no processo de compensação pelos efeitos do acidente.

Em dezembro de 2005, o Ibama e o IAP fizeram um novo laudo sobre a situação no litoral, demonstrando onde havia ainda resíduos do acidente e onde já estava

tudo recuperado. Com base neste relatório, a CEI recomendou que continuassem as operações de limpeza nas áreas indicadas no mencionado relatório. E também que se realizassem ensaios com tecnologias de bio-remediação, em pequenas áreas de mangues contaminados (50m / local de teste), com o acompanhamento da evolução dos resultados destas diferentes técnicas, conforme propostas apresentadas pelas empresas especializadas em despoluição por óleo, para então, após a avaliação dos benefícios e o teste da eficácia destas técnicas, se decida da realização ou não da tentativa de remediação das áreas de mangues, atualmente contaminadas por óleo do navio Vicuña.

Outro benefício conquistado após o acidente foi a instalação do Ceda – Centro de Excelência de Defesa Ambiental em Paranaguá, patrocinado pela Petrobrás. Com investimentos da ordem de R\$ 6 milhões, o Ceda conta com toda a estrutura e equipamento para combater com muito mais rapidez acidentes como o do Vicuña, inclusive barco e avião especializados.

No dia 14 de dezembro de 2005, a Comissão Especial de Investigação apresentou o seu Relatório Final, que foi aprovado em Plenário pela Assembléia Legislativa do Paraná. Tendo em vista a complexidade das interações ecológicas no Complexo Estuarino de Paranaguá, que incluem um papel fundamental como área de reprodução e de alimentação de um grande número de espécies marinhas e a importância desse ecossistema nos contextos social, econômico e ambiental, sugere-se a definição de linhas de pesquisa e de monitoramento que permitam realizar a avaliação dos impactos do acidente, durante os próximos 10 anos.

Propôs também que sejam definidos e implementados programas de treinamento e de educação ambiental, que possibilitem a integração das comunidades lindeiras (Piaçaguiera, Amparo, Europinha, Ponta do Ubá, bem como das ilhas da Cotinga, Rasa, Peças e Superagüi) para facilitar suas ações em casos de acidentes semelhantes, para atuarem como voluntários em casos de emergência.

Além disso, sugeriu uma série de ações para que sejam implementadas formas compensatórias que beneficiem o meio ambiente e as comunidades pesqueiras e de comerciantes do litoral paranaense. Estas ações poderão ser assumidas pelas partes envolvidas e atuadas que manifestem a intenção de realizar um TAC – Termo de Ajuste e Conduta junto aos organismos ambientais (IAP e Ibama), a Assembléia Legislativa, a Procuradoria Geral do Estado e os Ministérios Públicos Federal e Estadual, mesmo que todavia não tenha ocorrido a definição da culpabilidade do acidente pelo Tribunal Marítimo.

Estas ações visam compensar as comunidades afetadas pelo acidente ocorrido, tais como a melhoria da infra-estrutura de acesso e sanitária nas ilhas (tratamento de efluentes, coleta de lixo, etc) e de equipamentos de atendimento social (lanchas e embarcações para o resgate de acidentes, centros de educação e atendimento, etc).

O Relatório Final da CEI traz detalhadamente todos os passos do sinistro, seus efeitos e as ações reali-

zadas para a minoração das seqüelas. Foram 11 meses de trabalho em que os Deputados integrantes se envolveram, junto com órgãos, empresas e entidades parceiras neste trabalho, numa verdadeira luta para diminuir as perdas do ser humano e da natureza com tão terrível catástrofe.

Além das medidas para remediar os efeitos do acidente, a investigação e conscientização de suas causas, feitas no âmbito da CEI, geraram novos mecanismos e estruturas (como o Ceda) para evitar que novos problemas graves como este ocorram no Porto de Paranaguá.

XX